



República de Moçambique

Ministério da Administração Estatal

PERFIL DO DISTRITO DE FUNHALOURO PROVÍNCIA DE INHAMBANE



Edição 2005

A informação incluída nesta publicação provém de fontes consideradas fiáveis e tem uma natureza informativa, não constituindo parecer profissional sobre a estratégia de desenvolvimento local. As suas conclusões não são válidas em todas as circunstâncias. Noutros casos, deverá ser solicitada opinião específica ao Ministério da Administração Estatal ou à firma MÉTIER - Consultoria & Desenvolvimento, Lda.

Série: Perfis Distritais

Edição: 2005

Editor: Ministério da Administração Estatal

Coordenação: Direcção Nacional da Administração Local

Copyright © 2005 Ministério da Administração Estatal.

Um resumo desta publicação está disponível na Internet em: <http://www.govnet.gov.mz/>

Assistência técnica: MÉTIER – Consultoria & Desenvolvimento, Lda

Um resumo desta publicação está disponível na Internet em: <http://www.metier.co.mz>

Índice

Prefácio	v
Siglas e Abreviaturas	vii
MAPA DA LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DO DISTRITO	viii
1 Breve Caracterização do Distrito	2
1.1 Localização, Superfície e População	2
1.2 Clima e Hidrografia	2
1.3 Infra-estruturas	3
1.4 Economia e Serviços	4
2 História, Cultura e Sociedade	7
3 Demografia	9
3.1 Estrutura etária e por sexo	9
3.2 Traço sociológico	9
3.3 Línguas faladas	10
3.4 Analfabetismo e Escolarização	10
4 Habitação e Condições de Vida	11
5 Organização Administrativa e Governação	13
5.1 Governo Distrital	13
5.2 Síntese dos resultados da actividade dos órgãos distritais	15
5.2.1 Agricultura, Ambiente e Desenvolvimento Rural	15
5.2.2 Edifícios públicos	16
5.2.3 Energia eléctrica	16
5.2.4 Educação e Saúde	16
5.2.5 Cultura, Juventude e Desporto	17
5.2.6 Mulher e Coordenação da Acção Social	17
5.2.7 Justiça, Ordem e Segurança pública	18
5.3 Desminagem	18
5.4 Finanças Públicas	18
5.5 Constrangimentos à acção do Governo Distrital	19
5.6 Apoio externo e comunitário	19
6 Posse e Uso da Terra	21
6.1 Posse da terra	21
6.2 Trabalho agrícola	22
6.3 Utilização económica do solo	22
7 Educação	24

8	Saúde e Acção Social	26
8.1	Cuidados de saúde e quadro epidémico	26
8.2	Acção Social	27
9	Género	29
9.1	Educação	29
9.2	Actividade económica e exploração da terra	30
9.3	Governança	31
10	Actividade Económica	32
10.1	População economicamente activa	32
10.2	Rendimento e consumo familiar	33
10.3	Segurança alimentar e estratégias de sobrevivência	34
10.4	Infra-estruturas de base	35
10.5	Agricultura e Desenvolvimento Rural	37
10.5.1	Zonas agro-ecológicas	37
10.5.2	Produção agrícola e sistemas de cultivo	38
10.5.3	Pecuária	40
10.5.4	Pescas, Florestas e Fauna bravia	40
10.6	Exploração Mineira	41
10.7	Indústria, Comércio e Serviços	41
	Anexo: Autoridade Comunitária no Distrito de Funhalouro	42
	Documentação consultada	43

Lista de tabelas

TABELA 1:	População por posto administrativo, idade e sexo, 1/1/2005	9
TABELA 2:	Agregados, segundo a dimensão e o tipo sociológico	9
TABELA 3:	População, segundo o estado civil e a crença religiosa	10
TABELA 4:	População, consoante o conhecimento de Português	10
TABELA 5:	População, por condição de alfabetização, 1997	10
TABELA 6:	Famílias, tipo de casa e condições básicas de vida	11
TABELA 7:	Programas de acção social, 2000-2003	17
TABELA 8:	População, por condição de frequência escolar	24
TABELA 9:	População, por nível de ensino que frequenta	25
TABELA 10:	População, por nível de ensino concluído	25
TABELA 11:	Escolas, alunos e professores, 2003	25
TABELA 12:	Unidades de saúde, camas e pessoal, 2003	26
TABELA 13:	Indicadores de cuidados de saúde, 2003	27
TABELA 14:	População, por condição de orfandade, 1997	28

TABELA 15:	População deficiente, por idade e residência, 1997	28
TABELA 16:	Programas de acção social, 2000-2003	28
TABELA 17:	População activa, processo de trabalho e actividade, 2005	33
TABELA 18:	Rede de Estradas	35
TABELA 19:	Produção agrícola, por principais culturas: 2000-2003	39

Lista de figuras

FIGURA 1:	Famílias, por condições básicas de vida.....	11
FIGURA 2:	Habitações, por tipo de materiais usados	12
FIGURA 3:	Habitações, por tipo de acesso a água.....	12
FIGURA 4:	Estrutura do orçamento distrital, 2004	18
FIGURA 5:	Estrutura de exploração agrária da terra	22
FIGURA 6:	Explorações e área, por culturas principais	23
FIGURA 7:	População, por nível de ensino que frequenta.....	24
FIGURA 8:	Quadro epidémico, 2003.....	27
FIGURA 9:	Indicadores de escolarização, por sexos	29
FIGURA 10:	Quota das mulheres no trabalho agrícola e remunerado.....	30
FIGURA 11:	População activa, processo de trabalho e actividade, 2005.....	32
FIGURA 12:	Estrutura do consumo familiar, por grupo de produtos e serviços.....	33
FIGURA 13:	Distribuição das famílias, por rendimento mensal	34



Prefácio



Com 800 mil km² de superfície e uma população de 19,5 milhões de habitantes, Moçambique inicia o séc. XXI, com exigências inadiáveis de engajamento de todos os níveis da sociedade e dos vários intervenientes institucionais e parceiros de cooperação, num esforço conjugado de combate à pobreza e desigualdade e de promoção do desenvolvimento económico e social do País.

Efectivamente, alcançar estes propósitos, num contexto de interdependência dos objectivos de reconstrução e desenvolvimento com os do crescimento, requer o empenho de todos os sectores, grupos e comunidades da sociedade moçambicana.

Na esfera da governação, esta exigência abrange todos os níveis territoriais e cada uma das instituições públicas, estando a respectiva política do Governo enunciada nos preceitos Constitucionais sobre a Descentralização e a Reforma do Sector Público.

A Lei dos Órgãos Locais, n.º 8/2003 de 27 de Março, ao estabelecer os novos princípios e normas de organização, competências e de funcionamento destes órgãos nos escalões de província, distrito, posto administrativo e localidade, dotou o processo de um novo quadro jurídico que reforça e operacionaliza a importância estratégica da governação local.

Neste contexto, o *Distrito* é um conceito territorial e administrativo essencial à programação da actividade económica e social e à coordenação das intervenções das instituições nacionais e internacionais. Avaliar o potencial distrital e o seu grau de sustentabilidade, bem como o nível de ajustamento do respectivo aparelho administrativo e técnico às necessidades do desenvolvimento local, é, pois, um passo primordial.

É, neste contexto, que o Ministério da Administração Estatal elaborou e procede à publicação dos Perfis dos 128 Distritos de Moçambique.

Fá-lo, numa abordagem integrada com o processo de fortalecimento da gestão e planificação locais, proporcionando – para cada distrito, no período que medeia 2000 a 2004 – uma avaliação detalhada do grau local de desenvolvimento humano, económico e social.

Estamos certos que este produto, apetrechará as várias Instituições públicas e privadas, nacionais ou internacionais, com um conhecimento de todo o país, que potencia o prosseguimento coordenado das acções de combate à pobreza em Moçambique.



República de Moçambique
Ministério da Administração Estatal

Efectivamente, entendemos os Perfis Distritais como um contributo para um processo de gestão que integra, por um lado, os aspectos organizacionais e de competências distritais e, por outro, as questões decorrentes do desenvolvimento e da descentralização nas áreas da planificação e da afectação e gestão dos recursos públicos.

A presidir à definição do seu conteúdo e estrutura, está subjacente a intenção de fortalecer um ambiente de governação:

- dominado pela visão estratégica local e participação comunitária;
- promotor da gradual implementação de modelos de negócio da administração distrital ajustados às prioridades da região, ao quadro de desconcentração de competências e ao sistema de afectação de recursos públicos; e
- integrado em processos de apropriação local na decisão e responsabilização na execução.

Para a sua elaboração, foram preciosos os contributos recebidos de várias instituições ao nível central e local, de que destacamos, todos os Governos Provinciais e Distritais, o Instituto Nacional de Estatística, o Ministério do Plano e Finanças, o Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural, o Ministério da Educação e o Ministério da Saúde.

A todos os intervenientes e, em particular aos Administradores de Distrito, que estas publicações sejam consideradas como um gesto de agradecimento e devolução. Uma menção de apreço, ainda, ao grupo MÉTIER, Consultoria e Desenvolvimento, pela assistência técnica prestada na análise da vasta informação recolhida.

A finalizar, referir que a publicação destes Perfis insere-se num esforço continuado, por parte do Ministério da Administração Estatal e da sua Direcção Nacional de Administração Local, de monitoria do desenvolvimento institucional da administração pública local e do seu gradual ajustamento às exigências do desenvolvimento e crescimento em Moçambique.

Entusiasmamos, pois, todas as contribuições e comentários que possam fazer chegar a essa Direcção Nacional, no sentido de melhorar e enriquecer o conteúdo futuro dos Perfis.

Maputo, 25 de Setembro de 2005.

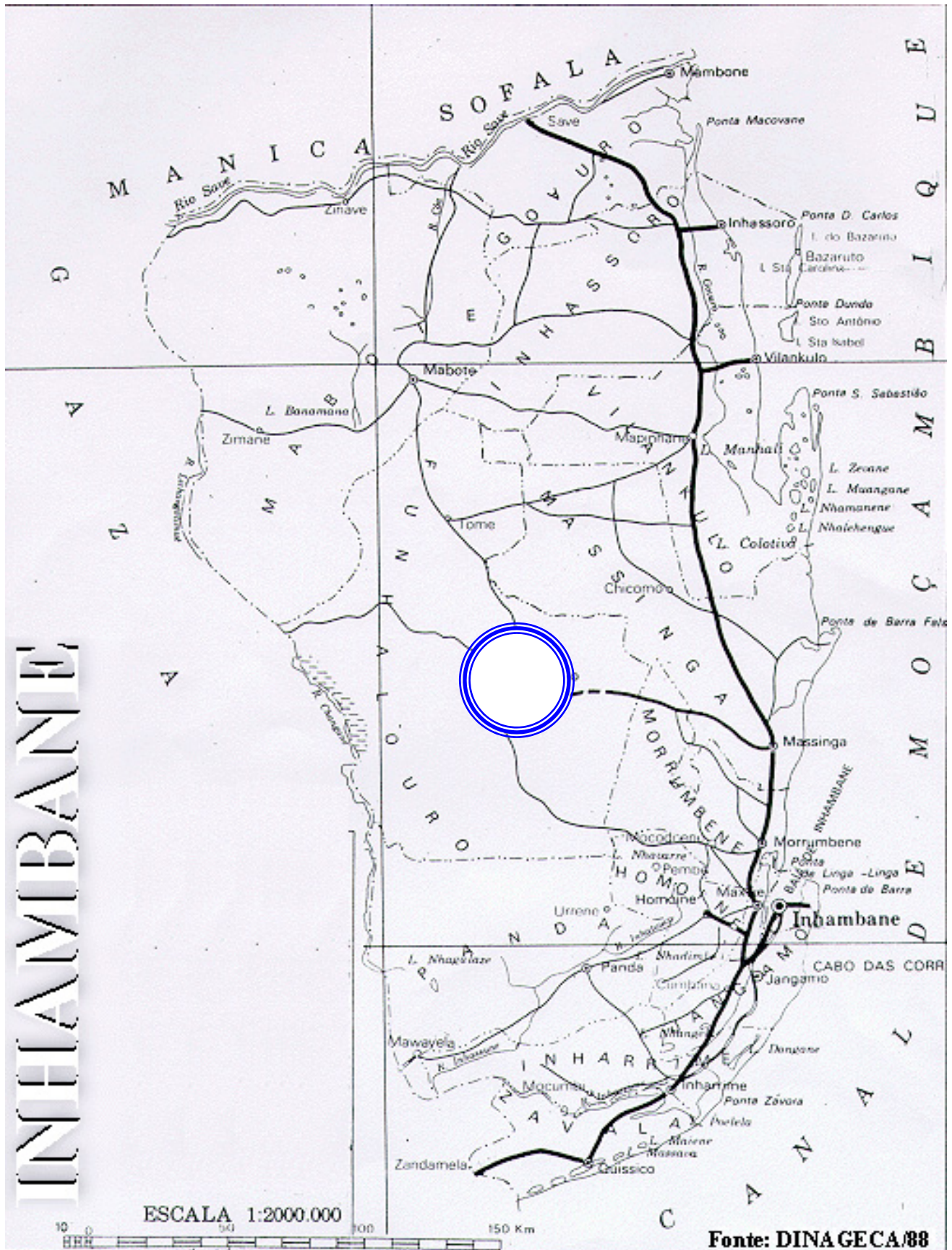
Lucas Chómera Jeremias

Ministro da Administração Estatal

Siglas e Abreviaturas

AD	Administração Distrital
DDADR	Direcção Distrital de Agricultura e Desenvolvimento Rural
DDMCAS	Direcção Distrital da Mulher e Coordenação da Acção Social
DNAL	Direcção Nacional da Administração Local
DNPO	Direcção Nacional do Plano e Orçamento
EDM	Electricidade de Moçambique
EN	Estrada Nacional
IAF	Inquérito aos agregados familiares, sobre o orçamento familiar
INE	Instituto Nacional de Estatística
IRDF	Inquérito às receitas e despesas das famílias
MADER	Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural
MAE	Ministério da Administração Estatal
MPF	Ministério do Plano e Finanças
PA	Posto Administrativo
PIB	Produto Interno Bruto
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRM	Polícia da República de Moçambique
TDM	Telecomunicações de Moçambique
PSAA	Pequeno Sistema de Abastecimento de Água

MAPA DA LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DO DISTRITO



1 Breve Caracterização do Distrito

1.1 Localização, Superfície e População

O distrito de Funhalouro está situado na parte central da província de Inhambane, tendo como limites, a Sul o distrito de Panda, a Este os distritos de Massinga, Morrumbene e Homoine, a Norte os distrito de Mabote e algumas faixas dos distritos de Inhassoro e Vilankulo, e a Oeste a Província de Gaza.

Com uma superfície¹ de 13.653 km² e uma população recenseada em 1997 de 30.321 habitantes e estimada à data de 1/1/2005 em cerca de 37.000 habitantes, o distrito de Funhalouro tem uma densidade populacional de 2,7 hab/km².

A relação de dependência económica potencial é de aproximadamente 1:1.4, isto é, por cada 10 crianças ou anciões existem 14 pessoas em idade activa.

A população é jovem (42%, abaixo dos 15 anos de idade), maioritariamente feminina (taxa de masculinidade de 43%) e de matriz rural acentuada.

1.2 Clima e Hidrografia



O clima do distrito é dominado por zonas do tipo tropical semi-árido, sendo caracterizado por dois períodos, um seco longo (Abril a Novembro), durante o qual ocorrem ventos anticiclónicos provenientes do hemisfério Norte, e um período chuvoso e menos longo (Dezembro a Março).

No tipo de clima semi-árido seco, a precipitação média anual varia de 500 a 800mm, enquanto a evapo-transpiração potencial de referência (ET_o) é geralmente superior a 1500 mm. A maior parte da região apresenta temperaturas médias anuais superiores a 24°C. A temperatura elevada agrava consideravelmente as condições de fraca precipitação provocando deficiências de água.

Em termos hidrográficos, Funhalouro não é atravessado por nenhum rio, sendo banhado ao longo da fronteira com distrito de Chigubo pelo rio Changane, de regime periódico, cujo caudal se forma apenas no período chuvoso.

A zona interior é caracterizada pela ocorrência de solos delgados e característicos da cobertura arenosa de espessura variável. Tais condições são agravadas pela grande irregularidade da quantidade de precipitação ao longo da estação chuvosa e por conseguinte a ocorrência de frequentes períodos secos durante o período de crescimento das culturas.

1.3 Infra-estruturas

O distrito possui uma rede de estradas constituída por estradas terciárias e vicinais numa extensão de 878 Km, sem pontes, já que o distrito não é atravessado por rios. As comunicações no distrito são feitas através de rádios transmissores/receptores.

Não existe no distrito nenhuma rede de água potável. O abastecimento de água é feito a partir de furos e poços a céu aberto, para além de lagoas, perfazendo um total de pouco mais de 100 fontes de água. O número de bombas existentes está aquém das necessidades das populações, para além de registarem frequentes avarias.

Em 2002, no âmbito do programa do governo provincial sobre a electrificação rural, foi instalada uma nova rede de distribuição de energia eléctrica e um novo grupo gerador com capacidade de 50 KVA. O fornecimento de energia aos necessitados e/ou aos beneficiários é feito, porém, de forma intermitente por falta de fundos próprios para a aquisição de combustíveis e lubrificantes.

O distrito de Funhalouro possui 28 escolas (das quais, 25 do ensino primário nível 1), e está servido por 3 unidades sanitárias, que possibilitam o acesso progressivo da população aos serviços do Sistema Nacional de Saúde, apesar de a um nível bastante insuficiente como se conclui dos seguintes índices de cobertura média:

- Uma unidade sanitária por cada 12 mil pessoas;
- Uma cama por 1.150 habitantes; e
- Um profissional técnico para cada 1.760 residentes no distrito.

Apesar dos esforços realizados, importa reter que o estado geral de conservação e manutenção das infra-estruturas não é suficiente, sendo de realçar a rede de bombas de água a necessitar de manutenção e a rede de estradas e pontes que na época das chuvas tem problemas de transitibilidade.

¹ Direcção Nacional de Terras CADASTRO NACIONAL DE TERRAS <http://www.dinageca.gov.mz/dnt/>

1.4 Economia e Serviços

A agricultura é a actividade dominante e envolve quase todos os agregados familiares. Dos 1.4 milhões de hectares da superfície do distrito, estima-se² em 500 mil hectares o potencial de terra arável apta para a agricultura do distrito de Bilene, dos quais só 20 mil são explorados pelo sector familiar (4% da terra arável). O potencial de pastos é de 200 mil ha para a actividade pecuária, sendo a restante área para a actividade florestal e de fauna bravia, ou não explorada.

O facto do distrito possuir um território vasto e, tendo em conta a sua densidade populacional, o uso e aproveitamento da terra processa-se de forma pacífica, não havendo registo de conflitos de terra.

O distrito é pouco povoado devido às fracas condições agro-ecológicas. De um modo geral, a agricultura é praticada manualmente em pequenas explorações familiares em regime de consociação de culturas com base em variedades locais.

A agricultura constitui a principal actividade económica no distrito, sendo praticada particularmente pelo sector familiar, mas também associativo e, em pequena escala, pelo sector privado, este último na multiplicação de estacas de mandioca.

A agricultura praticada é fundamentalmente de sequeiro, sendo as lavouras feitas manualmente. O distrito de Funhalouro não possui infra-estruturas de regadio disponíveis para a exploração agrícola.

O milho, amendoim, feijão-nhemba, mexoeira, mapira, mandioca, feijão jugo, algodão e cajú cultivam-se em quase todas as localidades. É nas localidades de Manhiça e Cupo onde se pratica com maior intensidade a cultura do algodão. Apesar da sua importância, estas enfrentam muitas dificuldades para o seu escoamento por se tratarem de zonas de difícil acesso.

Em resumo, a irregularidade da precipitação, a grande vulnerabilidade às calamidades naturais condiciona o potencial de produção agrícola de sequeiro, sendo a região considerada marginalmente apta para o desenvolvimento de agricultura irrigada.

² Conforme JVA Cenacarta-IGN France International, Estatísticas de Uso e Cobertura da Terra, Nov. 1999 (escala 1:250,000)

As cheias que assolaram o distrito em 2000/01 foram devastadoras, levando à perda da campanha agrícola e afectando grande parte da população do distrito ao longo do rio Changane, na fronteira com distrito de Chigubo da província de Gaza.

Somente em 2003, após o período de seca e estiagem que se seguiu, e a reabilitação de algumas infra-estruturas, se reiniciou timidamente a exploração agrícola do distrito e a recuperação dos níveis de produção de campanhas anteriores.

O fomento pecuário tem sido fraco. Porém, dada a tradição na criação de gado e algumas infra-estruturas existentes, verificou-se um crescimento do efectivo bovino de 4 mil cabeças em 2000, para cerca de 6 mil em 2004.

Dada a existência de boas áreas de pastagem, existem condições para o desenvolvimento da pecuária no distrito, sendo as doenças e a falta de fundos e de serviços de extensão, os principais obstáculos ao seu desenvolvimento.

Todo o distrito é rico em flora, tendo potencial para espécies como chanfuta, umbila, mecrusse, missassa branca, podendo-se encontrar, ainda, algumas formações de sândalo e bonjua. A nível do distrito não existe nenhuma zona de protecção nem reserva florestal.

As principais formas de exploração florestal são: o corte de madeira, toros e sua transformação, estacas para construção e venda ao público, lenha e carvão. Existem no distrito alguns madeireiros privados.

Os principais problemas nesta área são as queimadas descontroladas um pouco por todo o distrito; o abate indiscriminado de algumas essências florestais de grande valor económico, sobretudo umbila e sândalo; e a caça furtiva, com recursos a armas convencionais e de fabrico caseiro e armadilhas diversas. Apesar deste problemas, o distrito ainda não enfrenta problemas de desflorestamento, sendo que todas as comunidades têm acesso fácil à lenha.

Está em processo a criação de comités de gestão comunitária dos recursos florestais e faunísticos, com o objectivo de regular o abate de espécies faunísticas e exploração florestal descontrolados.

A rede comercial é composta por 7 lojas (4 inoperacionais), devido à descapitalização dos seus proprietários, existindo, ainda, 34 estabelecimentos informais (bancas fixas) e 3 mercados rurais.

Existem no distrito duas serrações de madeira, 3 carpintarias pertencentes a privados, uma pequena oficina e uma unidade moageira todas elas operacionais. O distrito não possui nenhuma instalação industrial.

Apesar de o distrito ser rico em madeira e fauna bravia, este potencial continua por explorar, muito embora decorram contactos com algumas organizações no sentido de fazer despertar o interesse das mesmas para esta questão.

O distrito possui, ainda, pedra em todas as localidades para a construção civil e cal que até ao momento não estão a ser exploradas.

Não está representada em Funhalouro nenhuma instituição bancária e não existe nenhum sistema formal de crédito implantado.

O distrito de Funhalouro inclui algumas zonas da área de direitos de exploração do gás, ainda que não esteja abrangido pela actual zona de processamento e produção.

Este empreendimento constitui, para toda a região, uma plataforma de desenvolvimento importantíssima que, se devidamente integrada, poderá conduzir ao rápido desenvolvimento económico e social de toda a província de Inhambane.

2 História, Cultura e Sociedade

A zona de Funhalouro, por volta de 1910, era uma pequena povoação denominada Mazive por ser habitada por descendentes de Mazive, vassalo do exército de Nguni que, na altura das grandes guerras, se fixou na zona para controlar as terras.

Por esta altura, uma caravana que saía de Mocodoene, trilhando Chinguende rumo a Vilankulo, passou por esta zona, tendo um português que integrava a caravana, fixando o seu olhar para o lado do poente, vislumbrado ao longe no horizonte o que lhe pareceu ser um curso de água.

Para investigar o local, foram mandados dois homens que, uma vez lá chegados, encontraram o chefe Ziquiane. Como os dois homens estivessem esfomeados pediram-lhe comida, ao que ele respondeu na língua local: *“No’a n̄zina tchumo hambo mina cima tolo a rumbo ga mina go Fonyololo hi midala”* o que traduzido quer dizer: *“Oh! Não tenho nada. Mesmo eu tenho a minha barriga cheia de rugas devido à fome”*.

A partir de então, as pessoas passaram a chamar a zona de *“Hi Hosi Fonbololo”*. Com a fixação dos colonos portugueses na região, estes, transformaram a pronúncia de Fonhololo para Funhalouro.

Em 1942, através do decreto 31896, de 27 de Fevereiro, foi criada a circunscrição de Massinga que foi anexada aos territórios de Mazive e Manhiça, à altura pertencentes à circunscrição de Vilankulo. Apesar de ter sido criada por este dispositivo, a circunscrição de Massinga não chegou a funcionar no mesmo ano, em parte devido à falta de dotação orçamental por não estar completamente definida a sua área de jurisdição.

Assim sendo, a Portaria n.º.24 de 7 de Outubro de 1942, determinou no seu artigo 7, que o Governo Geral fixasse as áreas das circunscrições e os postos administrativos, a dotar pela 1ª vez no orçamento de 1943.

Por consequência da referida portaria, foi fixada definitivamente a área da nova circunscrição de Massinga, por Portaria no. 4941, de 12 de Novembro, que abrangiu as regedorias de Massinga, Mapera, Zunguze, Mazive e Manhiça, as três primeiras pertencentes ao Posto Sede e as duas últimas ao Posto de Funhalouro, até então pertencente à circunscrição de Vilankulo.

A décima quinta Sessão Ordinária da Assembleia Popular realizada de 21 a 26 de Julho de 1986, aprovou a nova divisão administrativa do país, criando novos postos administrativos e distritos, tendo Funhalouro ascendido ao estatuto de Distrito, através da resolução no.6/86 de 25 de Julho, dispositivo que também elevou os então Postos Administrativos de Inhassoro e Mabote ao nível de distritos.

Muito embora na parte ocidental do distrito se fale o Xitsua, misturado com o Changana na parte do distrito que limita com a província de Gaza, esta mistura não se verifica na parte Leste do distrito, pelo menos não de forma tão acentuada, o que leva a concluir pela existência de um único grupo étnico, os “*Lhengue*” e de uma única língua o *Xitsua*.

A religião mais praticada é a Zione e Católica, seguida da Metodista Unida e Livre, Velhos Apóstolos, Assembleia de Deus, e Testemunhas de Jeová.

No âmbito da implementação do Decreto 15/2000 sobre as autoridades comunitárias de 1ª e 2ª linhas (régulos, chefes de terras e secretários de bairro), de acordo com as entidades distritais, foi levado a cabo um trabalho de divulgação do mesmo em todos os Postos Administrativos, Localidades, Aldeias e Povoações, tendo sido envolvidas todas as camadas sociais. Este trabalho culminou com a legitimação pelas respectivas comunidades e o reconhecimento pela autoridade competente de 12 líderes comunitários locais.

A relação entre a Administração e as autoridades comunitárias é positiva e tem contribuído para a solução dos vários problemas locais, nomeadamente os surgidos devido aos conflitos de terras existentes no distrito.

Em relação à religião existem várias crenças no distrito e representantes das respectivas hierarquias e que se têm envolvido, em coordenação com as autoridades distritais em várias actividades de índole social. A religião dominante é a Sião/Zione, praticada pela maioria da população do distrito.

3 Demografia



A superfície do distrito é de 13.653 km² e a sua população está estimada em 37 mil habitantes à data de 1/1/2005. Com uma densidade populacional aproximada de 3 hab/km², prevê-se que o distrito em 2010 venha a atingir os 43 mil habitantes.

3.1 Estrutura etária e por sexo

A população é jovem (42%, abaixo dos 15 anos de idade), maioritariamente feminina (taxa de masculinidade de 43%) e de matriz rural acentuada. A estrutura etária do distrito reflecte uma relação de dependência económica de 1:1.4, isto é, por cada 10 crianças ou anciões existem 14 pessoas em idade activa.

TABELA 1: População por posto administrativo, idade e sexo, 1/1/2005

	TOTAL	Grupos etários				
		0 - 4	5 - 14	15 - 44	45 - 64	65 e mais
DISTRITO DE FUNHALOURO	37,001	5,950	9,414	14,723	5,116	1,799
Homens	15,912	2,903	4,797	5,286	2,158	768
Mulheres	21,090	3,047	4,616	9,437	2,958	1,031
P.A. de FUNHALOURO	25,365	4,204	6,425	10,230	3,362	1,145
Homens	10,969	2,029	3,297	3,718	1,429	495
Mulheres	14,396	2,175	3,128	6,512	1,933	649
P.A. de TOME	11,636	1,746	2,989	4,493	1,754	654
Homens	4,942	874	1,500	1,568	729	272
Mulheres	6,693	873	1,489	2,925	1,025	382

Fonte: Estimativa da MÉTIER, na base do INE, Dados do Censo de 1997.

3.2 Traço sociológico

Das 7.873 famílias do distrito, a maioria é do tipo sociológico alargado (50%), isto é, com um ou mais parentes para além de filhos e têm, em média, 3 a 5 membros.

TABELA 2: Agregados, segundo a dimensão e o tipo sociológico

% de agregados, por dimensão			Média de pessoas, por agregado		
1 - 2	3 - 5	6 e mais	TOTAL	< 15 anos	≥ 15 anos
25.7%	39.8%	34.5%	4.7	2.0	2.7
TIPO SOCIOLÓGICO DE AGREGADO FAMILIAR					
Unipessoal	Monoparental ⁽¹⁾		Nuclear		Alargado ⁽²⁾
	Masculino	Feminino	Com filhos	Sem filhos	
11.9%	1.5%	12.5%	18.4%	5.8%	49.9%

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

1) Família com um dos pais.

2) Família nuclear ou monoparental com ou sem filhos e um ou mais parentes.

Na sua maioria casados, após os 12 anos de idade, têm forte crença religiosa, dominada pela religião Sião ou Zione.

TABELA 3: População, segundo o estado civil e a crença religiosa

Com < 12 anos	Com 12 anos ou mais, por Estado civil				
	Total	Solteiro	Casado ou união	Separado/ Divorciado	Viuvo
34.1%	65.9%	22.7%	34.5%	1.9%	6.9%
Com Crença Religiosa					
Total	Católica	Evangélica	Zione	Animista	Outra
100.0%	9.3%	7.6%	41.9%	0.1%	41.1%

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

3.3 Línguas faladas

Tendo por língua materna dominante o Chichopi, da população do distrito com 5 ou mais anos de idade, somente 21% têm conhecimento da língua portuguesa, sendo este domínio predominante nos homens, dada a maior inserção na vida escolar e no mercado de trabalho.

TABELA 4: População, consoante o conhecimento de Português

	Sabe falar Português			Não sabe falar Português		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
DISTRITO DE FUNHALOURO	20.6%	11.5%	9.1%	79.4%	32.8%	46.6%
5 - 9 anos	1.7%	0.8%	0.8%	13.3%	6.7%	6.6%
10 - 14 anos	5.3%	2.7%	2.5%	10.0%	5.1%	4.9%
15 - 19 anos	4.5%	2.4%	2.1%	8.9%	4.6%	4.4%
20 - 44 anos	7.5%	4.1%	3.4%	26.4%	8.4%	18.0%
45 anos e mais	1.6%	1.4%	0.2%	20.7%	8.0%	12.6%

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

3.4 Analfabetismo e Escolarização

Com 79% da população analfabeta, predominantemente mulheres, o distrito de Funhalouro tem uma taxa de escolarização baixa, constatando-se que somente 25% dos seus habitantes, 70% dos quais residentes no posto sede, frequentam ou já frequentaram a primária.

TABELA 5: População, por condição de alfabetização, 1997

	Taxa de analfabetismo		
	TOTAL	Homens	Mulheres
DISTRITO DE FUNHALOURO	79.2%	70.9%	85.2%
5 - 9	92.5%	92.2%	92.9%
10 - 14	69.2%	68.6%	69.8%
15 - 44	73.9%	59.9%	81.7%
45 e mais	88.4%	75.6%	97.8%

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

4 Habitação e Condições de Vida



O tipo de habitação modal do distrito é “a *palhota*, com pavimento de terra batida, tecto de capim ou colmo e paredes de caniço ou paus”.

Em relação a outras utilidades, o padrão dominante é o de famílias “sem rádio e electricidade, dispondo de uma bicicleta em cada seis famílias, e vivendo em palhotas com latrina e água colhida directamente em poços ou furos”. As casas de madeira e zinco (1%) e de bloco ou tijolo (1%) representam somente 2% do total das habitações do distrito.

FIGURA 1: Famílias, por condições básicas de vida

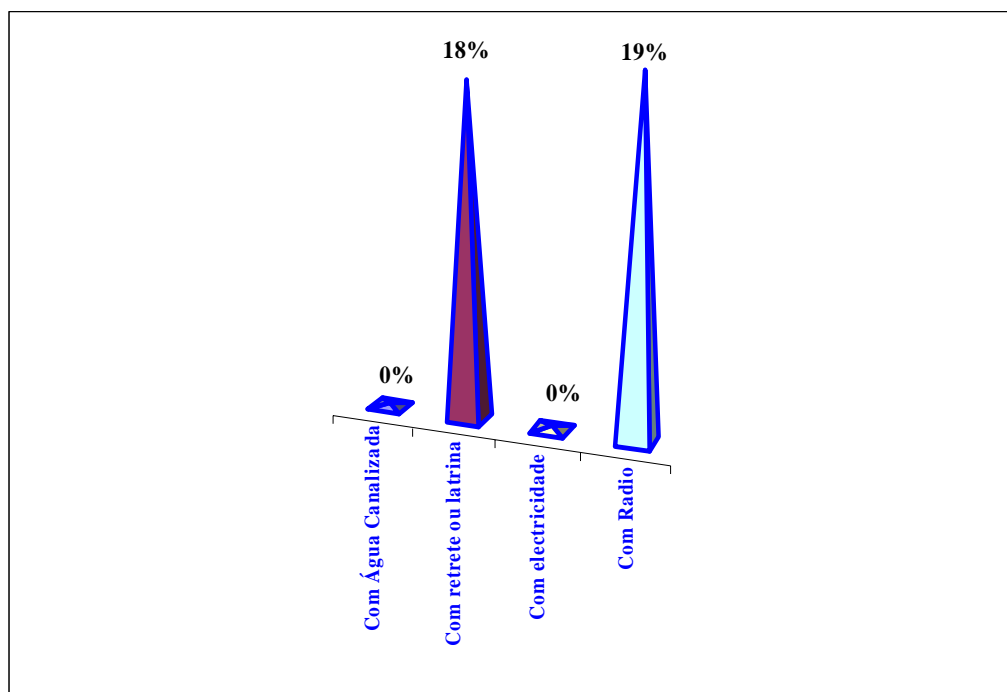


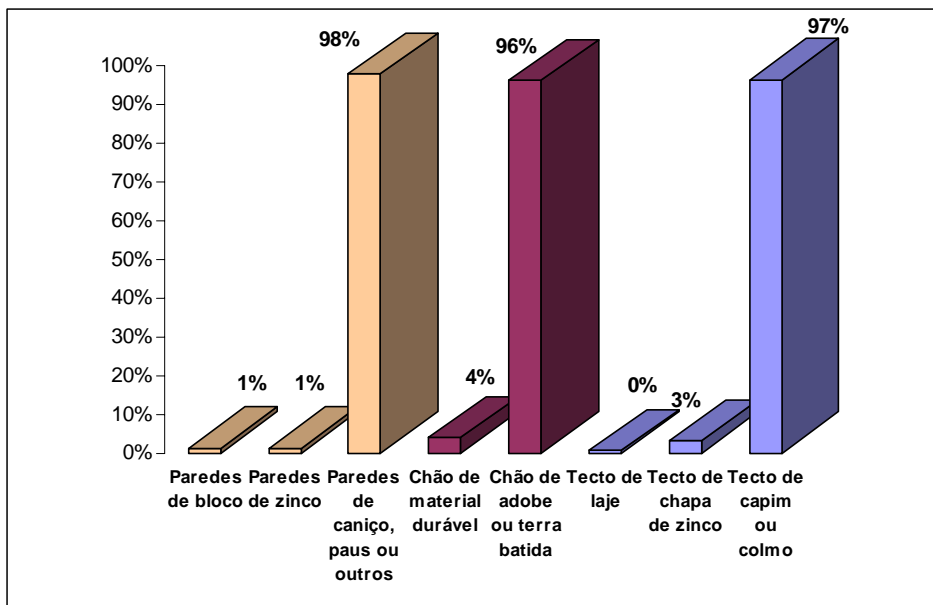
TABELA 6: Famílias, tipo de casa e condições básicas de vida

CONDIÇÕES BÁSICAS EXISTENTES	TIPO DE HABITAÇÃO							
	TOTAL		Moradia ou Apartamento		Casa de madeira e zinco		Palhota ou casa precária	
	Casas	Pessoas	Casas	Pessoas	Casas	Pessoas	Casas	Pessoas
DISTRITO FUNHALOURO	6,247	30,052	68	562	32	160	6,147	29,330
Com Água Canalizada	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
Com retrete ou latrina	18%	21%	62%	67%	25%	33%	18%	21%
Com electricidade	0%	0%	10%	9%	0%	0%	0%	0%
Com Radio	19%	26%	57%	60%	40%	46%	19%	25%

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

No que diz respeito às paredes, pavimento e tecto, o material de construção dominante é, respectivamente o caniço ou paus, a terra batida e o capim ou colmo.

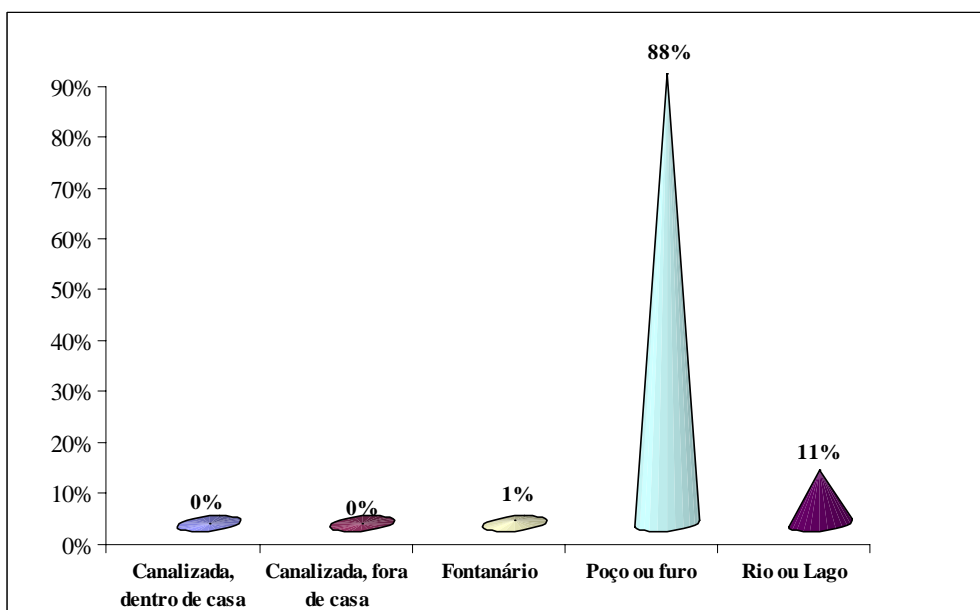
FIGURA 2: Habitações, por tipo de materiais usados



Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

Em particular, no que concerne às fontes de abastecimento de água, quase a totalidade da população do distrito recorre directamente a poços ou furos (88%) ou aos rios e lagos (11%). Os pequenos sistemas de fontanários abastecem somente 1% das famílias do distrito.

FIGURA 3: Habitações, por tipo de acesso a água



Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

5 Organização Administrativa e Governação

A décima quinta Sessão Ordinária da Assembleia Popular realizada de 21 a 26 de Julho de 1986, aprovou a nova divisão administrativa do país, tendo Funhalouro ascendido ao estatuto de Distrito, através da resolução no.6/86 de 25 de Julho.

O distrito tem dois Postos Administrativos: Funhalouro-Sede e Tome que, por sua vez, estão subdivididos em 6 Localidades.

Posto administrativo	Localidade
PA de Funhalouro	Mucuine Manhiça Mavume Cupo
PA de Tome	Tome Tsenane

5.1 Governo Distrital



O Governo Distrital, dirigido pelo Administrador de Distrito, está estruturado nos seguintes níveis de direcção e coordenação:

- Gabinete do Administrador, Administração e Secretaria;
- Direcção Distrital da Agricultura e Desenvolvimento Rural;
- Direcção Distrital da Educação;
- Direcção Distrital da Saúde;
- Direcção Distrital das Mulher e Coordenação da Acção Social;
- Órgãos de Justiça (Tribunal Distrital, Registo e Notariado e Serviços Distritais de Identificação Civil);
- Comando Distrital da PRM; e
- Procuradoria Distrital da República.

Com um total de 26 funcionários (dos quais, 5 são mulheres), apresenta a seguinte distribuição por categorias profissionais:

- Técnicos Médios 2
- Assistentes Técnicos 8
- Operários, Auxiliares Administrativos e Agentes de Serviço 11
- Pessoal auxiliar 5

O sistema de governação vigente é baseado no Conselho Executivo. Em resultado da aprovação das Leis 6/78 e 7/78, este substituiu a Câmara Municipal local que era dirigida pelo Administrador do Distrito, por acumulação de funções, por força do artigo 491 da Reforma Administrativa Ultramarina (RAU).

O Conselho Executivo local é um órgão distinto do Aparelho do Estado no escalão correspondente, com as funções de dirigir as tarefas políticas do Estado, bem como as de carácter económico, social e cultural e coordenar e controlar o funcionamento dos órgãos do Aparelho do Estado. O Conselho Executivo é dirigido por um Presidente, que geralmente por acumulação de funções é o Administrador do Distrito, o qual é nomeado pelo Ministro da Administração Estatal.

Ao nível do distrito o Aparelho do Estado é constituído pela Administração do Distrito e restantes direcções e sectores distritais. O Administrador por sua vez responde perante o Governo Provincial e Central, pelos vários sectores de actividades do Distrito organizados em Direcções e Sectores Distritais.

A governação tem por base os Presidentes das Localidades, Autoridades Comunitárias e Tradicionais. Os Presidentes das Localidades são representantes da Administração e subordinam-se ao Chefe do Posto Administrativo e, conseqüentemente, ao Administrador Distrital, sendo coadjuvados pelos Chefes de Aldeias, Secretários de Bairros, Chefes de Quarteirões e Chefes de Blocos.

As infra-estruturas do Governo Distrital incluem:

- Edifício da Administração do distrito
- Residência Oficial da Administradora do distrito
- Casa de hóspedes
- Casa do tipo 2 (Administrador Adjunto)
- Salão para conferências.

As instituições do distrito operam com base nas normas de funcionamento dos serviços da Administração Pública, aprovadas pelo Decreto 30/2001 de 15 de Outubro, do Conselho de Ministros, publicado no Boletim da república nº 41, I Série, Suplemento. Os seus membros estão divididos em áreas específicas, nomeadamente, Social, Económica, Administrativa e Ordem e Tranquilidade Pública, estando igualmente vinculados por Localidades e Postos Administrativos.

A actividade do governo distrital segue uma abordagem essencialmente empírica e de contacto com a comunidade. Importa que esta prática venha a ser sistematizada em sistemas de planificação e controlo regulares e fiáveis, bem como seja baseada numa visão estratégica que oriente o planeamento anual e faça convergir de forma eficaz os esforços sectoriais.

5.2 Síntese dos resultados da actividade dos órgãos distritais

Nesta secção, sem pretender ser exaustivo transcrevendo o rol de funções oficiais das Administrações já publicadas oficialmente, focam-se as principais actividades de intervenção pública directa que contribuem para o desenvolvimento social e económico do distrito.

5.2.1 Agricultura, Ambiente e Desenvolvimento Rural

O facto do distrito possuir um território vasto e, tendo em conta a sua densidade populacional, o uso e aproveitamento da terra processa-se de forma pacífica, não havendo registo de conflitos de terra. De um modo geral, a agricultura no distrito é praticada em regime de consociação de culturas com base em variedades locais.

O início do século foi marcado pelas cheias de 2000 e chuvas acima do normal que destruíram as culturas. Nos anos seguintes, o cenário de estiagem e seca caracterizado por chuvas abaixo do normal e irregulares criaram uma situação de insegurança alimentar, exigindo do Governo Distrital iniciativas enérgicas de mitigação, de que se destacam:

- Distribuição de sementes e utensílios agrícolas às vítimas das cheias;
- Reabilitação de valas de drenagem nas baixas do distrito;
- Fomento de batata-doce de polpa alaranjada; e
- Aquisição e distribuição de bovinos de fomento.

Está em curso um trabalho de sensibilização das comunidades para que estas priorizem a produção de culturas tolerantes à seca, nomeadamente, de mandioca, ananaseiros, batata-doce, mapira, mexoeira, feijão-nhemba, bananeiras, para além do incentivo à produção de algodão e tratamento químico de cajueiros, por se tratarem ambas de culturas de rendimento.

Foram reabilitados 3 tanques carracidas de Mavume-Sede, Chiluvane e Matlale, contando agora o distrito com 5 tanques operacionais..

5.2.2 Edifícios públicos

Destaca-se a reabilitação parcial da residência oficial da administradora e a ampliação do edifício da Administração do Distrito, a construção de uma casa para o Administrador Adjunto, uma Secretaria e uma residência para o Chefe do Posto Administrativo de Tome, a vedação da Administração do Distrito, tendo sido erguida uma Praça dos Heróis Moçambicanos. Está a ser construída uma casa para o Juiz do Tribunal e reabilitada a casa do Procurador Distrital.

Importa, ainda, referir que a Procuradoria Distrital da República, o Registo Civil e o DIC estão a utilizar instalações da WENELA, enquanto que o Comando Distrital da PRM tem estado a ocupar instalações de um armazém de algodão pertencente à DDADR, por não possuírem edifícios próprios. No que respeita aos órgãos eleitorais, existem duas instalações a precisar de reabilitação, das quais uma do STAE e outra da Comissão Distrital de Eleições.

5.2.3 Energia eléctrica

Em 2000 e 2001, a sede do distrito era abastecida de energia a partir de um pequeno gerador instalado na residência oficial da Administradora. Em 2002, no âmbito do programa do governo provincial sobre a electrificação rural, foi instalada uma nova rede de distribuição de energia eléctrica e um novo grupo gerador com capacidade de 50 KVA.

O fornecimento de energia aos necessitados e/ou aos beneficiários é feito de forma intermitente por falta de fundos próprios para a aquisição de combustíveis e lubrificantes.

5.2.4 Educação e Saúde

No sector da educação foram construídas 5 salas de aulas, um bloco administrativo e 2 residências para professores na EPC da sede do distrito com material convencional, 2 salas de aulas e um bloco administrativo e uma cisterna na EPC de Mavume, 3 salas de aulas, um bloco administrativo e uma residência de professores na EP1 de Mbanguine “A”.

Regista-se também a construção de uma cisterna e de duas salas de aulas na EPC de Tome e de duas salas na EP1 de Gumane. O edifício onde funciona a Direcção Distrital de Educação beneficiou igualmente de obras de reabilitação.

Na área da saúde, destaca-se a construção de 3 Centros de Saúde, sendo um do tipo II na sede do distrito, dois do tipo III na sede das localidades de Mavume e Manhiça e um Posto de Saúde em Tome, assim como 5 residências dos respectivos enfermeiros (2 em Mavume,

2 em Manhiça e 1 em Tome) construídas em material convencional, para além de 2 residências na sede do distrito para o pessoal da saúde. Com o apoio de madeireiros que operam no distrito foi erguida, também, uma casa mortuária na sede do distrito.

Encontra-se em processo de construção um Banco de Socorros e uma casa-mãe espera no Posto de Saúde de Tome, 3 Postos de Socorro em Zivine, Mambyle e Tsenane, todos em material convencional. Importa salientar ainda que o Director Distrital de Saúde reside actualmente numa das instalações da antiga WENELA.

5.2.5 Cultura, Juventude e Desporto

Na área da cultura existem vários grupos que praticam diverso tipo de danças e cânticos típicos de toda a região. No concernente à juventude, destaca-se a existência de grupos activistas e associações juvenis que se dedicam a motivar boas práticas entre os seus concidadãos. Têm sido promovidas várias actividades, nomeadamente a participação no II Festival Nacional de Dança Popular, o fomento do associativismo juvenil e de grupos culturais, bem como o apoio ao desenvolvimento das artes plásticas.

5.2.6 Mulher e Coordenação da Acção Social

Coordena a integração e assistência social a pessoas, famílias e grupos sociais em situação de pobreza absoluta, dando prioridade à criança órfã, mulher viúva, idosos e deficientes, doentes crónicos e portadores do HIV-SIDA, reclusos, tóxico-dependentes, e refugiados.

TABELA 7: Programas de acção social, 2000-2003

Tipo de Programa	
Crianças atendidas	120
Idosos atendidos	240
Deficientes atendidos	60
Mulheres atendidas	80
TOTAL	500

Fonte: Direcção Distrital da Mulher e Coordenação da Acção Social

Têm sido coordenadas as acções de algumas organizações não governamentais, associações e sociedade civil, promovendo a criação de igualdade de oportunidade e de direito entre homem e mulher todos aspectos de vida social e económica, e a integração, quando possível, no mercado de trabalho, processos de geração de rendimentos e vida escolar.

Apesar dos esforços desenvolvidos, são ainda bem patentes no distrito os efeitos da pobreza, calamidades naturais e da guerra que assolou Moçambique nas últimas décadas.

5.2.7 Justiça, Ordem e Segurança pública

Os serviços de justiça no distrito estão representados por um Tribunal, uma conservatória do registo civil e a Procuradoria Distrital. As preocupações com segurança e ordem pública são mínimas, não existindo, actualmente, situações de risco de minas desconhecidas neste distrito. Os assaltos, roubos e ofensas corporais são os crimes mais frequentes.

5.3 Desminagem

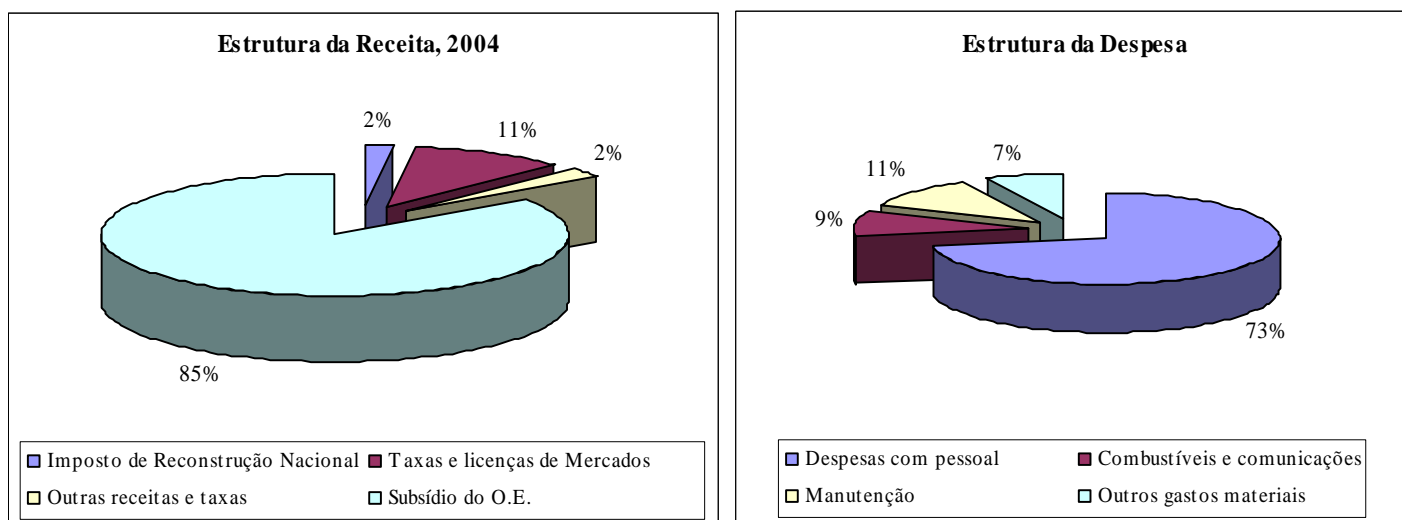
As minas constituem ou constituíram, em algumas zonas identificadas, uma ameaça à segurança da população e ao desenvolvimento económico. A acção de desminagem em curso no país desde 1992, tem permitido diminuir o risco, sendo hoje a situação existente no país e, em particular, neste distrito muito melhor conhecida e sobretudo mais controlada.

5.4 Finanças Públicas



A Administração do Distrito, sem inclusão das instituições subordinadas e unidades sociais, funcionou nos últimos anos com os seguintes níveis de receitas e despesas anuais.

FIGURA 4: Estrutura do orçamento distrital, 2004



Fonte: Administração do Distrito e Direcção Provincial do Plano e Finanças

O nível de receita é manifestamente insuficiente ao cabal exercício das funções distritais. A despesa corrente do orçamento distrital em 2004 foi de 25 contos por habitante, isto é, cerca de 1 USD.

Do lado da despesa, os gastos com pessoal absorvem mais de metade do orçamento corrente do distrito e, à excepção das cobranças de mercados e algumas receitas de serviços, turismo e urbanismo, o esforço fiscal distrital é muito baixo.

O investimento correspondeu no período em análise a cerca de 10% da despesa total, associado principalmente à reabilitação de infra-estruturas destruídas ou danificadas.

Quanto ao investimento com financiamento de base distrital, o seu montante é quase nulo, sendo quase todas as acções de investimento público planificadas e orçamentadas ao nível provincial, funcionando os principais sectores sociais com finanças geridas a este nível.

À governação distrital compete essencialmente a gestão corrente, fraccionada pela dispersão orçamental dos principais sectores sociais e de infra-estruturas, o que condiciona fortemente a sua actuação num esforço coordenado de desenvolvimento e integração.

5.5 Constrangimentos à acção do Governo Distrital

Face à situação financeira descrita, o Governo Distrital tem tido vários constrangimentos à sua acção, de que se destacam os seguintes:

- Não alocação de fundos de investimentos para manutenção das vias de acesso;
- Falta de fundos de investimento para manutenção dos PS de Água e dos furos;
- Falta de infra-estruturas de educação e saúde para a população do distrito;
- Falta de viaturas para a Administração e de motorizadas para locomoção dos Chefes dos Postos Administrativos; e
- Ausência de um programa de construções para atender o crescimento do estado.

5.6 Apoio externo e comunitário

Na sua actuação, o Governo Distrital tem tido apoio de vários organismos de cooperação, que promovem programas sociais de assistência, protecção do ambiente e desenvolvimento rural, que desempenham um papel activo e importante no apoio à reconstrução e desenvolvimento locais, sendo de destacar:

- A UNAC, União Nacional de Camponeses, opera nas localidades de Maucuíne, Mavume e Tome, apoiando os camponeses na realização de diversas actividades de produção agro-pecuária e, segundo as especificidades de cada zona, desenvolve pequenos projectos de geração colectiva de rendimentos.

- A KULIMA/VITAID, opera apenas na localidade de Mavume na multiplicação de gado bovino e caprino em benefício da população, inclusivé o tratamento destes animais, e na venda de sementes de hortícolas e instrumentos agrícolas a preços simbólicos.
- A CARE abrange quase todo o distrito, concentrando-se a sua missão no combate e prevenção do HIV/SIDA, assistência e apoio a crianças com malnutrição, abastecimento de água às escolas, encontrando-se neste momento a desenvolver um estudo sobre a melhor forma de apoiar outras pequenas associações em projectos de geração de rendimentos.
- O Projecto Malahle, com o objectivo de apoiar crianças órfãs, cujos pais morreram vítimas de SIDA, principalmente raparigas, com material escolar e alguns produtos alimentares.
- O Projecto Acord, opera nas localidades de Macuine e Mavume, garantindo o desenvolvimento do programa “comida pelo trabalho” e apoio em géneros alimentares às pessoas vulneráveis ou deficientes físicos e velhos.
- A Acção Agrária Alemã opera nas localidades de Tome e Tsenane. Realiza actividades de distribuição de alimentos, no âmbito do programa “comida pelo trabalho” e a pessoas deficientes, e também apoia o Governo na construção de infra-estruturas da Saúde e Educação.
- A “Jesus Alive” distribui papa às crianças em todas as escolas do distrito.
- O PMA coordena as actividades dos projectos ACORD e ACÇÃO AGRÁRIA ALEMÃ. Dirige directamente os projectos associativos de multiplicação de ananaseiros e socas de mandioca na localidade de Mavume, para além de fornecer alimentação diversificada aos alunos da EPC da sede do distrito e da localidade de Mavume.

A participação comunitária tem sido essencial para suprir várias necessidades em infra-estruturas, face à falta de fundos existente, de que se destaca a participação activa no quadro do programa “comida por trabalho” na reabilitação e manutenção de estradas interiores, reabilitação e construção de postos de saúde e escolas, bem como residências para professores e enfermeiros, em materiais locais.

6 Posse e Uso da Terra ³



A informação deste capítulo tem por objectivo analisar os traços gerais que caracterizam a base agrária do distrito, de forma a permitir inferir sobre eventuais cenários de intervenção que reforcem o sector no contexto do processo de desenvolvimento distrital.

Apesar das limitações inerentes à natureza e grau de fiabilidade dos dados que suportaram a análise, este capítulo evidencia os principais pontos fortes que fazem deste sector veículo de intervenção privilegiado do desenvolvimento económico e social deste distrito. Referirmo-nos, entre outros, ao facto de:

- Ser a actividade dominante em praticamente todo o distrito;
- Esta actividade fazer parte dos hábitos e costumes da população;
- A actividade ser praticada pela maioria dos agregados familiares do distrito;
- Constituir a maior fonte de emprego e de rendimento da população;
- As condições naturais permitirem a prática da actividade.

6.1 Posse da terra

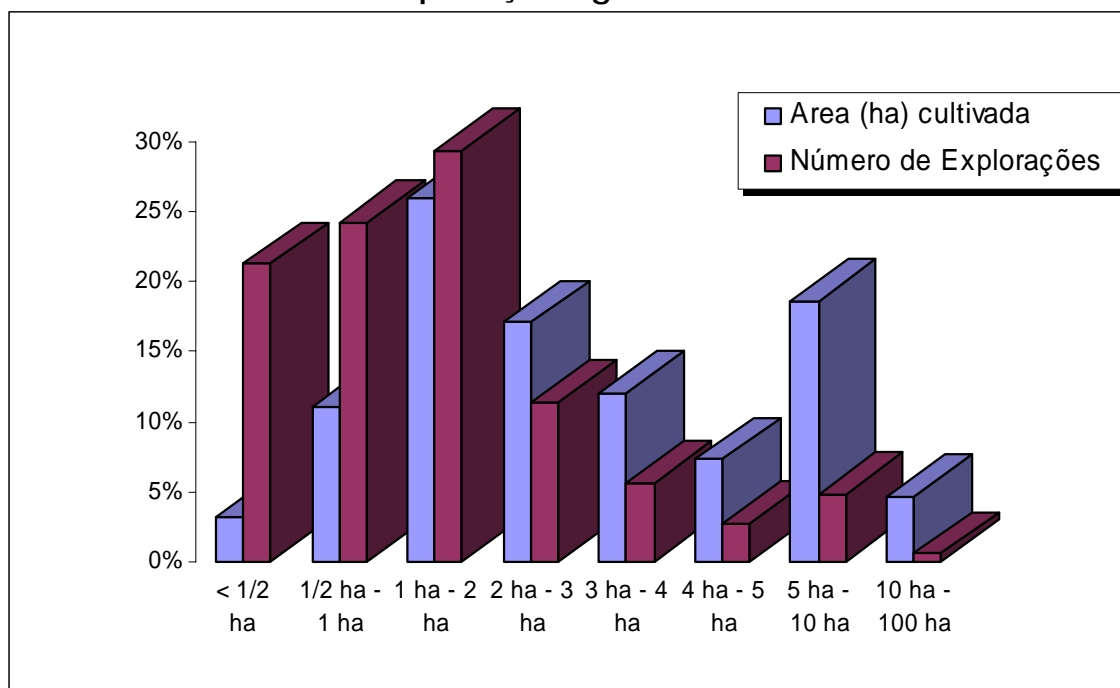
O facto do distrito possuir um território vasto e, tendo em conta a sua densidade populacional, o uso e aproveitamento da terra processa-se de forma pacífica, não havendo registo de conflitos de terra.

O distrito possui cerca de 6 mil explorações agrícolas com uma área média é de 2.5 hectares. Com um grau de exploração familiar dominante, 45% das explorações do distrito têm menos de 1 hectare, apesar de ocuparem somente 15% da área cultivada. Este padrão desigual da distribuição das áreas fica evidente se referirmos que 40% da área cultivada pertence a somente 14% das explorações do distrito.

Na sua maioria os terrenos não estão titulados e, quando explorados em regime familiar, têm como responsável, em quase 80% dos casos, o homem da família.

³ Baseado em trabalho analítico da MÉTIER, suportado pelos dados do INE do Censo Agro-pecuário de 1999-2000. Apesar de se tratar de extrapolação s a partir duma amostra cuja representatividade ao nível distrital é baixa, considera-se que – do ponto de vista da análise da estrutura de uso e exploração da terra - os seus resultados são um bom retrato das características essenciais do distrito. Aconselha-se, pois, que mais do que os seus valores absolutos, este capítulo seja analisado tendo em vista absorver os principais aspectos estruturais da actividade agrária.

FIGURA 5: Estrutura de exploração agrária da terra



Fonte de dados: Instituto Nacional de Estatística, Censo agro-pecuário, 1999-2000

No que respeita à posse da terra, 60% das 18 mil parcelas em que estão divididas as explorações são tradicionalmente pertença das famílias da região, sendo transmitidas por herança aos filhos. Abrangendo em muitos casos pequenas explorações, o seu peso específico em termos de área é, porém, de somente 30%. Um terço das parcelas agrícolas pertencem às autoridades tradicionais e oficiais do distrito.

6.2 Trabalho agrícola

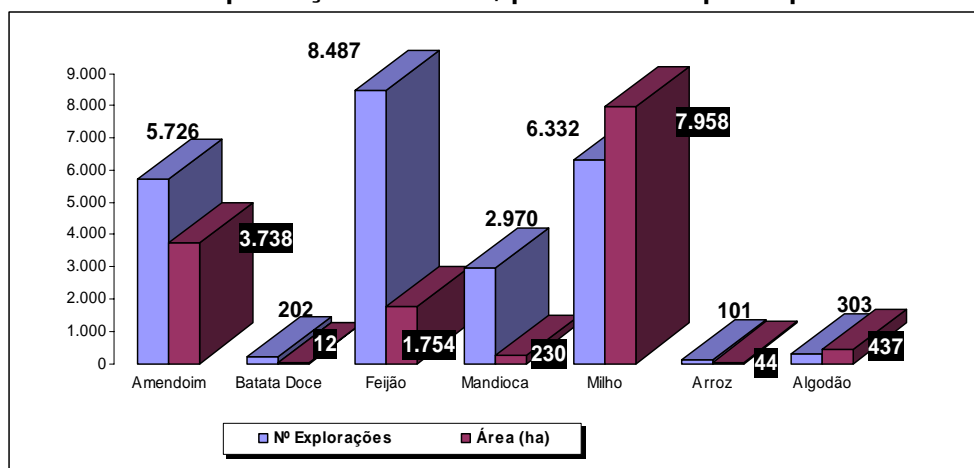
Dada a composição alargada da maioria dos agregados moçambicanos, a estrutura de exploração agrícola do distrito reflecte a base da economia familiar, constatando-se que 85% das explorações são cultivadas por 3 ou mais membros do agregado familiar.

Estas explorações estão divididas em cerca de 18 mil parcelas, metade com menos de meio hectare e exploradas em 60% dos casos por mulheres. De realçar que 20% do total de agricultores são crianças menores de 10 anos de idade, de ambos os sexos.

6.3 Utilização económica do solo

A maioria da terra é explorada em regime de consociação de culturas alimentares, nomeadamente o milho, mandioca, feijão nhemba, amendoim, batata-doce e arroz.

FIGURA 6: Explorações e área, por culturas principais



Fonte de dados: Instituto Nacional de Estatística, Censo agro-pecuário, 1999-2000

Para além das culturas alimentares e de rendimento, o distrito tem um apreciável número de fruteiras e cajueiros.

No distrito existem cerca de 4 mil criadores de pecuária e 6 mil de avicultura, a maior parte em regime familiar.

Os dados disponíveis apontam para uma estrutura de comercialização da produção que varia de 3% nos bovinos a 10% nos caprinos constituindo, para além do seu valor alimentar, uma fonte importante de rendimento familiar.

A produção não agrícola constitui igualmente fonte importante de rendimento da população do distrito. Deriva, essencialmente, da venda de madeira, lenha, caniço e carvão, bem como da actividade pesqueira e artesanal, efectuado num conjunto de centenas de explorações económicas.

7 Educação



A maioria da população (79%) do distrito é analfabeta e somente 25% das pessoas com 5 ou mais anos de idade, predominantemente homens, frequentam ou já frequentaram o nível primário do ensino.

TABELA 8: População⁴, por condição de frequência escolar

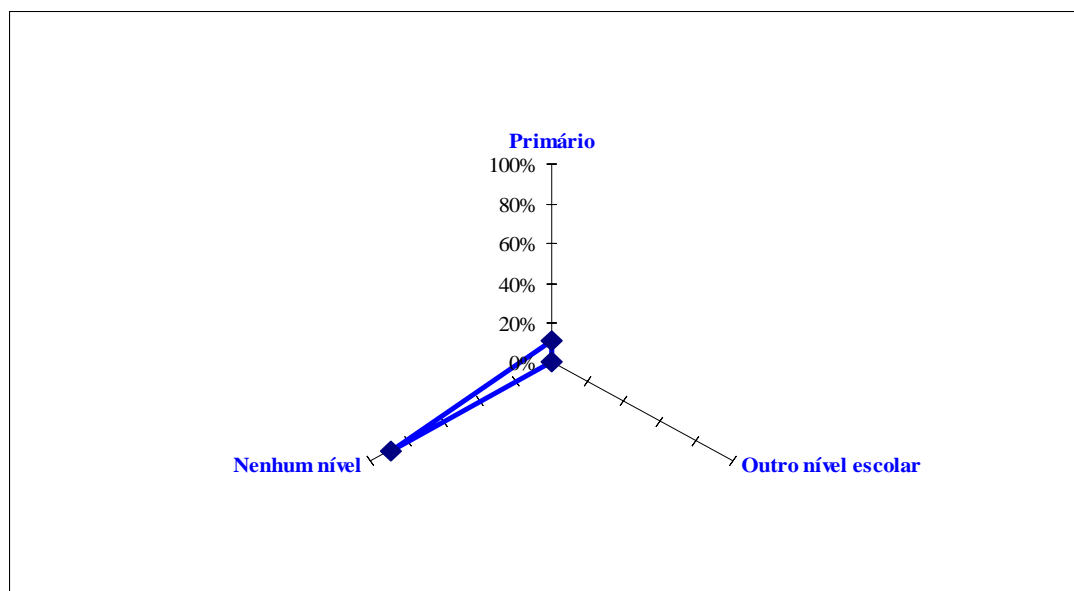
	POPULAÇÃO QUE:								
	FREQUENTA			FREQUENTOU			NUNCA FREQUENTOU		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
DISTRITO	10.5%	5.6%	4.9%	14.3%	8.0%	6.2%	75.2%	28.3%	47.0%
P.A. de FUNHALOURO	11.0%	5.9%	5.1%	14.8%	8.3%	6.5%	74.2%	28.1%	46.1%
P.A. de TOME	9.5%	5.1%	4.4%	13.1%	7.4%	5.7%	77.4%	28.6%	48.8%

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

A maior taxa de adesão escolar verifica-se no grupo etário dos 10 a 14 anos, onde 60% das crianças frequenta a escola, seguido do grupo de 5 a 9 anos, o que reflecte a tardia entrada na escola da maioria das crianças rurais.

A maioria destas crianças são rapazes que frequentam o ensino primário, dada a insuficiente ou inexistente rede escolar dos restantes níveis de ensino no distrito.

FIGURA 7: População⁵, por nível de ensino que frequenta



Fonte de dados: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

⁴ Com 5 ou mais anos de idade.

TABELA 9: População⁶, por nível de ensino que frequenta

	NÍVEL DE ENSINO QUE FREQUENTA							Nenhum nível
	Total	Alfab.	Primário	Secund.	Técnico	C.F.P.	Superior	
DISTRITO DE FUNHALOURO	10.5%	0.0%	10.4%	0.1%	0.0%	0.0%	0.0%	89.5%
5 - 9 anos	17.7%	0.0%	17.7%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	82.3%
10 - 14 anos	37.0%	0.0%	37.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	63.0%
15 - 19 anos	14.7%	0.1%	14.3%	0.3%	0.0%	0.0%	0.0%	85.3%
20 - 24 anos	0.9%	0.0%	0.8%	0.1%	0.0%	0.0%	0.0%	99.1%
25 e + anos	0.3%	0.1%	0.2%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	99.7%

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

Do total de população com mais de 5 anos de idade, verifica-se que somente 5% concluiu algum nível de ensino. Destes, 90% completaram o ensino primário e 4% o secundário.

TABELA 10: População, por nível de ensino concluído

	NÍVEL DE ENSINO CONCLUÍDO							Nenhum
	TOTAL	Alfab.	Primário	Secund.	Técnico	C.F.P.	Superior	
DISTRITO	5.1%	0.3%	4.6%	0.2%	0.0%	0.1%	0.0%	94.9%
5 - 9 anos	0.6%	0.0%	0.6%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	99.4%
10 - 14 anos	2.8%	0.0%	2.8%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	97.2%
15 - 19 anos	8.8%	0.1%	8.6%	0.1%	0.0%	0.0%	0.0%	91.2%
20 - 24 anos	11.6%	0.0%	10.6%	0.8%	0.0%	0.2%	0.0%	88.4%
25 e + anos	4.8%	0.6%	3.9%	0.2%	0.1%	0.1%	0.0%	95.2%

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

A situação global descrita reflecte, para além de factores socio-económicos, o facto de a rede escolar existente e o efectivo de professores, serem insuficientes.

TABELA 11: Escolas, alunos e professores, 2003

NÍVEIS DE ENSINO	Nº de Escolas	Nº de Alunos		Nº de Professores	
		M	HM	M	HM
TOTAL DO DISTRITO	28	2.731	5.513	19	87
EP1	25	2.585	5.142	17	80
EP2	3	146	371	2	7

Fonte: Administração do Distrito e Direcção Provincial da Educação

EP1 - 1º a 5º anos; EP2 - 6º e 7º anos; ESG I - 8º a 10º Anos.

A maioria dos professores das escolas tem uma formação escolar baixa, em média entre a 6ª e 8ª classe e um ano de estágio pedagógico, o que condiciona a qualidade do ensino.

⁵ Com 5 ou mais anos de idade.

⁶ Com 5 ou mais anos de idade.

8 Saúde e Acção Social

8.1 Cuidados de saúde e quadro epidémico



A rede de saúde do distrito, apesar de estar a evoluir a bom ritmo, é insuficiente, evidenciando os seguintes índices de cobertura média:

- Uma unidade sanitária por cada 12 mil pessoas;
- Uma cama por 1.150 habitantes; e
- Um profissional técnico para cada 1.760 residentes no distrito.

TABELA 12: Unidades de saúde, camas e pessoal, 2003

Unidades, Camas e Pessoal existente, por Posto Administrativo	Tipo de Unidades Sanitárias					Pessoal existente por sexo		
	Total de Unidades	Hospital Rural	Centro de Saúde I	Centro de Saúde II/III	Postos de Saúde	HM	H	M
TOTAL DO DISTRITO								
Nº de Unidades	3	0	0	2	1			
Nº de Camas	32	0	0	26	6			
Pessoal Total	23	0	0	19	4	23	9	14
- Licenciados	0	0	0	0	0	0	0	0
- Nível Médio	1	0	0	1	0	1	1	1
- Nível Básico	10	0	0	8	2	10	4	10
- Nível Elementar	10	0	0	8	2	10	4	10
- Pessoal de apoio	2	0	0	2	0	2	0	2
P.A. Sede								
Nº de Unidades	2	0	0	2	0			
Nº de Camas	26	0	0	26	0			
Pessoal Total	19	0	0	19	0	19	7	12
P.A. Tome								
Nº de Unidades	1	0	0	0	1			
Nº de Camas	6	0	0	0	6			
Pessoal Total	4	0	0	0	4	4	2	2

Fonte: Administração do Distrito e Direcção Provincial da Saúde

A Direcção Distrital de saúde distribui regularmente por cada Centro de Saúde “Kits A e B” e pelos Postos de Saúde “Kits B”.

A tabela seguinte apresenta, para o ano de 2003, a posição de alguns indicadores que caracterizam o grau de acesso e de cobertura dos serviços do Sistema Nacional de Saúde.

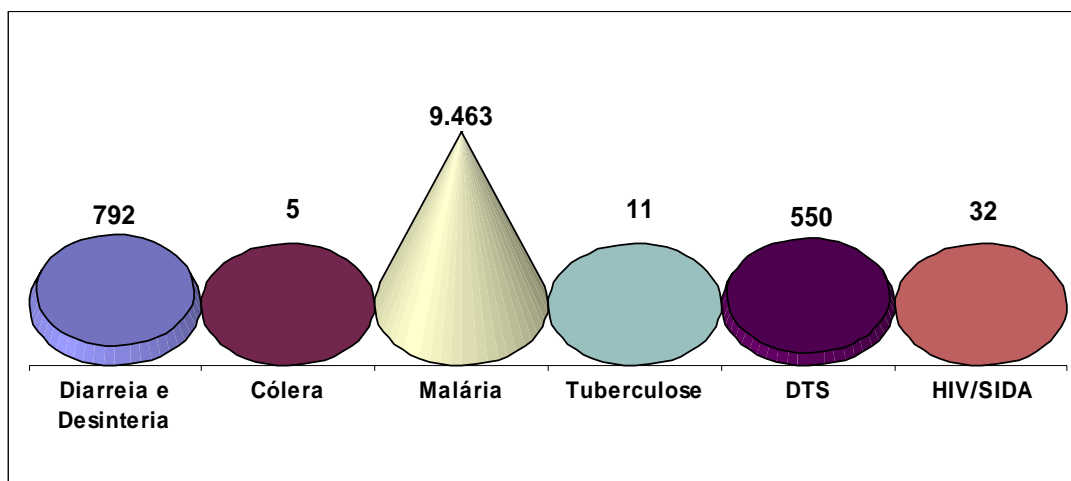
TABELA 13: Indicadores de cuidados de saúde, 2003

Indicadores	
Taxa de ocupação de camas	34,0%
Partos	425
Vacinação	22.288
Saúde materno-infantil	29.748
Consultas externas	35.632
Taxa de mortalidade hospitalar	2,4%
Taxa de baixo peso à nascença	6,1%
Taxa de mau crescimento	5,9%

Fonte: Administração do Distrito e Direcção Provincial da Saúde

O quadro epidémico do distrito é dominado pela malária, diarreia e DTS e SIDA que, no seu conjunto, representam quase a totalidade dos casos de doenças notificados no distrito.

FIGURA 8: Quadro epidémico, 2003



Fonte: Administração do Distrito e Direcção Provincial da Saúde

8.2 Acção Social



A integração e assistência social a pessoas, famílias e grupos sociais em situação de pobreza absoluta, dá prioridade à criança órfã, mulher viúva, idosos e deficientes, doentes crónicos e portadores do HIV-SIDA, tóxico-dependentes e regressados.

Em Funhalouro existem, segundo os dados do Censo de 1997, cerca de mil órfãos (dos quais 30% de pai e mãe) e cerca de 1.500 deficientes (80% com debilidade física, 8% com doenças mentais e 12% com ambos os tipos de deficiência).

TABELA 14: População, por condição de orfandade, 1997

DISTRITO DE FUNHALOURO	1,068
Homens	417
Mulheres	651
5 - 9 anos	207
10 - 14 anos	382
15 - 19 anos	479
P.A. de FUNHALOURO	730
P.A. de TOME	338
<i>Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.</i>	

TABELA 15: População deficiente, por idade e residência, 1997

Posto administrativo e Idade	TOTAL	Física	Mental	Ambas
DISTRITO DE FUNHALOURO	1550	1235	123	192
0 - 14	202	144	21	37
15 - 44	724	533	67	124
45 e mais	624	558	35	31
P.A. de FUNHALOURO	1297	1068	89	140
P.A. de TOME	253	167	34	52

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

Têm sido coordenadas as acções de algumas organizações não governamentais, associações e sociedade civil, promovendo a criação de igualdade de oportunidade e de direito entre homem e mulher todos aspectos de vida social e económica, e a integração, quando possível, no mercado de trabalho, processos de geração de rendimentos e vida escolar.

Desde o ano 2000, foram reunificadas com as suas famílias cerca de 120 crianças perdidas e órfãs, foram identificadas beneficiando de apoios 80 mulheres e 240 idosos, e foram assistidas 60 pessoas portadoras de deficiência.

TABELA 16: Programas de acção social, 2000-2003

Tipo de Programa	
Crianças atendidas	120
Idosos atendidos	240
Deficientes atendidos	60
Mulheres atendidas	80
TOTAL	500

Fonte: Direcção Distrital da Mulher e Coordenação da Acção Social

9 Género



O distrito de Funhalouro tem uma população estimada de 37 mil habitantes - 21 mil do sexo feminino - sendo 13% dos agregados familiares do tipo monoparental chefiados por mulheres.

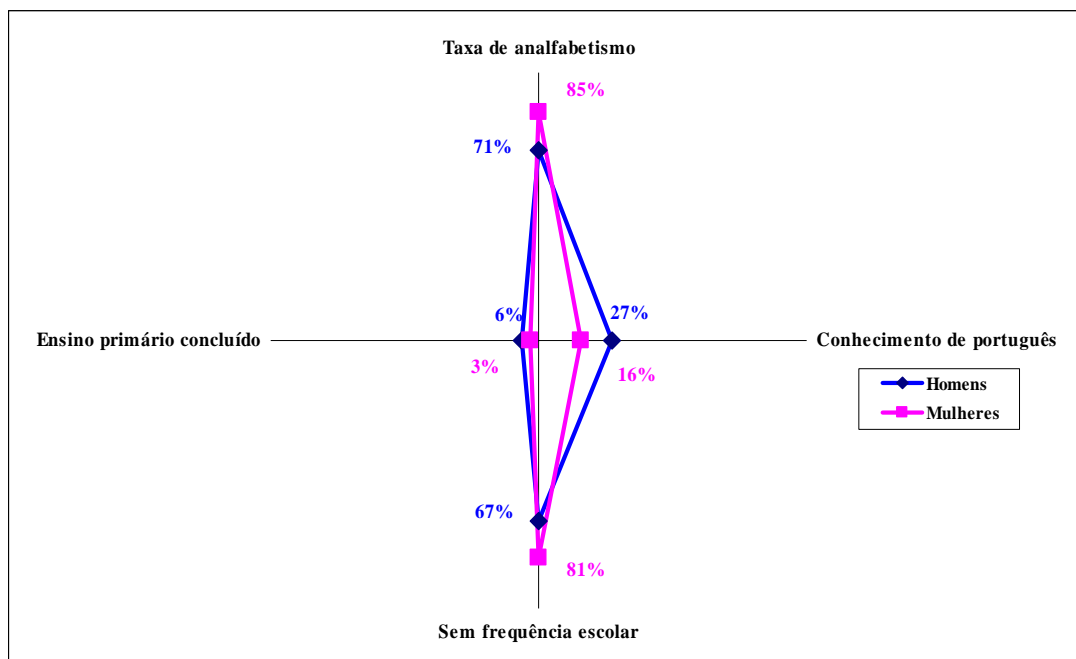
9.1 Educação

Tendo por língua materna dominante o *Chichopi*, só metade das mulheres tem conhecimento da língua portuguesa. A taxa de analfabetismo na população feminina é de 85%, sendo de 71% no caso dos homens.

Das mulheres do distrito com mais de 5 anos, 81% nunca frequentaram a escola e somente 3% concluíram o ensino primário.

A maior taxa de adesão escolar verifica-se no grupo etário dos 10 a 14 anos, onde 34% das crianças do sexo feminino frequenta a escola, o que reflecte a entrada tardia na escola da maioria das crianças rurais, sobretudo meninas.

FIGURA 9: Indicadores de escolarização, por sexos



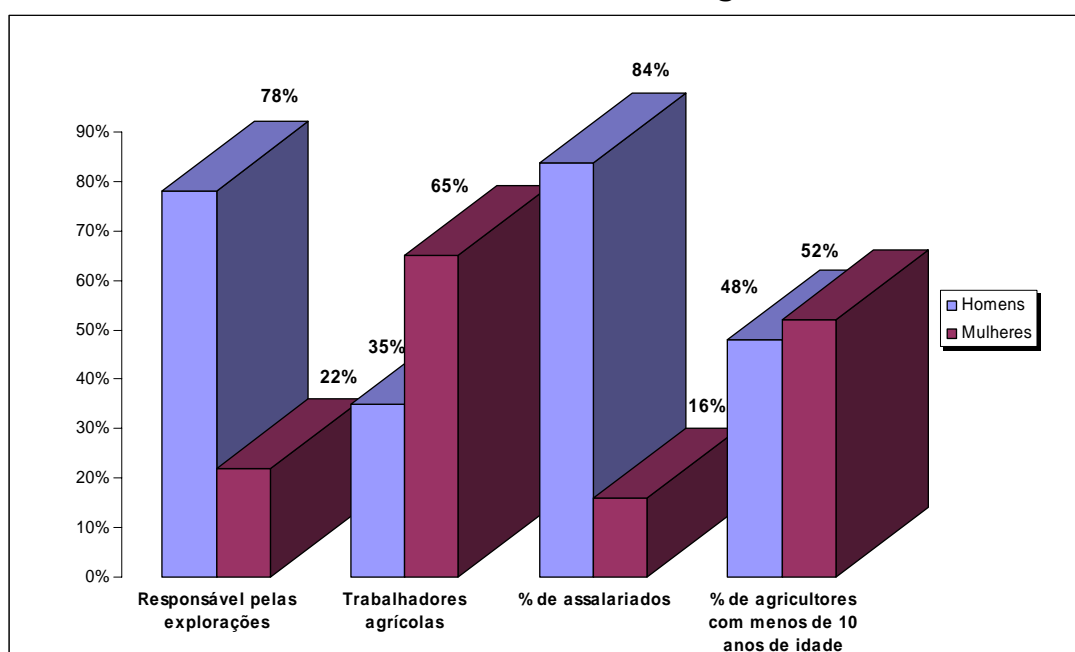
Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

9.2 Actividade económica e exploração da terra

De um total de 21 mil mulheres, 13 mil estão em idade de trabalho (15 a 64 anos). Excluindo as que procura emprego pela 1ª vez, a população activa feminina é de 9 mil pessoas, o que reflecte uma taxa implícita de desemprego feminino de 34%, contra 21% no caso dos homens.

As explorações agrícolas estão divididas em cerca de 18 mil parcelas, metade com menos de meio hectare e exploradas em 60% dos casos por mulheres. De realçar que 22% do total de agricultores são crianças menores de 10 anos de idade, de ambos os sexos, das quais 52% são raparigas.

FIGURA 10: Quota das mulheres no trabalho agrícola e remunerado



Fonte de dados: Instituto Nacional de Estatística, Censo agro-pecuário, 1999-2000

A distribuição das mulheres activas residentes no distrito de acordo com a posição no processo de trabalho e o sector de actividade é a seguinte:

- Cerca de 96% são trabalhadoras agrícolas, familiares ou por conta própria;
- 3% são vendedoras ou empregadas do sector comercial formal e informal; e
- As restantes 1% são, na maioria, trabalhadoras do sector de educação e saúde.

Nestes dois sectores chave da vida social a situação da mulher trabalhadora é, curiosamente, inversa. Assim, enquanto nos professores só 21% são mulheres, verifica-se que 61% dos técnicos de saúde do distrito são profissionais femininas.

9.3 Governação



Ao nível do distrito tem-se privilegiado a coordenação das acções de algumas organizações não governamentais, associações e sociedade civil, promovendo a criação de igualdade de oportunidades e direitos entre sexos em todos aspectos de vida social e económica, e a integração da mulher no mercado de trabalho, processos de geração de rendimentos e vida escolar.

Esta coordenação recorre a mecanismos de troca de informação, diálogo e concertação da acção, evitando a sobreposição de actividades e racionalizando recursos de forma a melhorar a eficácia e eficiência das acções governamentais e das iniciativas da comunidade e do sector privado.

Ao nível do Governo Distrital, dos 26 funcionários existentes só 5 são senhoras, em geral em posições inferiores da carreira administrativa.

10 Actividade Económica

10.1 População economicamente activa

A relação de dependência económica potencial é de aproximadamente 1:1.4, isto é, por cada 10 crianças ou anciões existem 14 pessoas em idade activa.

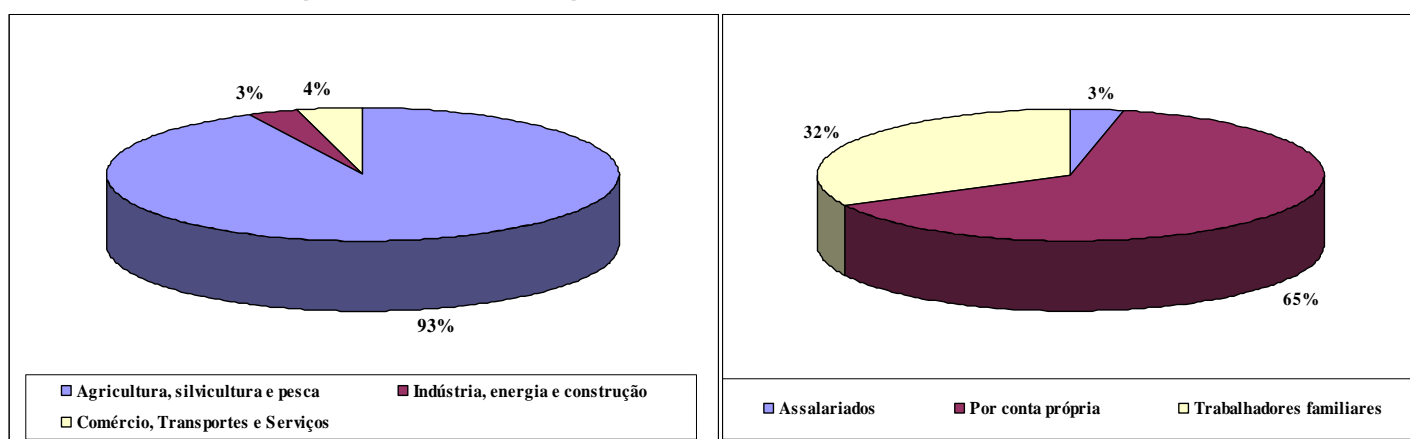
De um total estimado de 37 mil habitantes, 22 mil estão em idade de trabalho (15 a 64 anos). Excluindo os que procuram emprego pela primeira vez, a população economicamente activa é de 15 mil pessoas, o que reflecte uma taxa implícita de desemprego de 29%.

Destes, 96% são trabalhadores familiares ou por conta própria, e na sua maioria mulheres. A percentagem de trabalhadores assalariados é somente de 4% da população activa e, de forma inversa, é dominada por homens (as mulheres assalariadas representam apenas 16% do total de assalariados).

A distribuição segundo a posição no processo de trabalho e o ramo de actividade reflecte, naturalmente, a actividade dominante agrária do distrito, que ocupa 93% da mão-de-obra activa do distrito (66%, por conta própria e 32% em regime de exploração familiar).

Os sectores secundário e terciário ocupam, respectivamente, 3% e 4% da população activa, sendo dominados pela actividade de comércio formal e informal, onde trabalham cerca de 3% do total de pessoas activas e 3% das mulheres activas do distrito.

FIGURA 11: População activa⁷, processo de trabalho e actividade, 2005



Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

⁷ Com 15 anos ou mais, excluindo os que procuram emprego pela primeira vez.

TABELA 17: População activa⁸, processo de trabalho e actividade, 2005

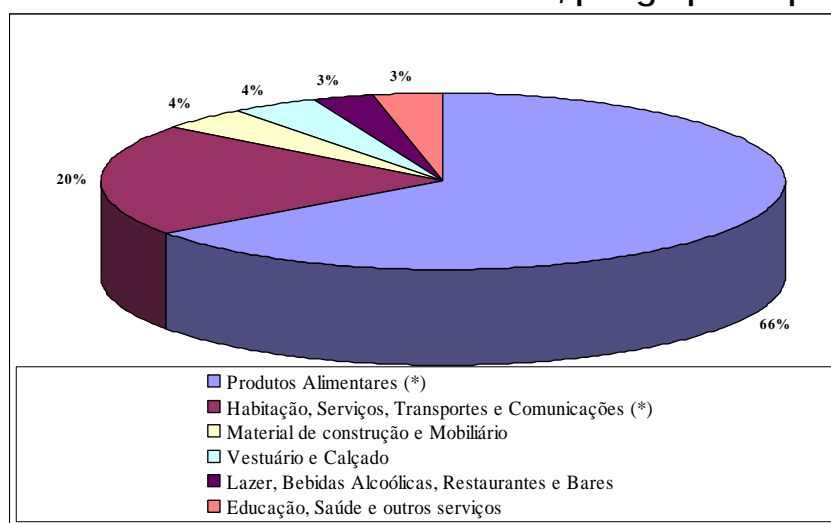
SECTORES DE ACTIVIDADE	TOTAL	POSIÇÃO NO PROCESSO DE TRABALHO						
		Assalariados			Sector Coop.	Por conta própria	Trabalhador familiar	Empresário Patrão
		Total	Estado	Empresas				
DISTRITO DE FUNHALOURO	15.400	3,4%	1,1%	2,3%	0,1%	63,9%	32,3%	0,3%
- Homens	6.487	2,8%	0,9%	1,9%	0,1%	27,5%	11,4%	0,2%
- Mulheres	8.913	0,5%	0,2%	0,3%	0,0%	36,4%	20,8%	0,0%
Agricultura, silvicultura e pesca	14.270	0,8%	0,2%	0,6%	0,1%	60,8%	30,8%	0,1%
Indústria, energia e construção	497	1,4%	0,1%	1,3%	0,0%	1,3%	0,5%	0,0%
Comércio, Transportes e Serviços	633	1,2%	0,8%	0,4%	0,0%	1,8%	1,0%	0,1%

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

10.2 Rendimento e consumo familiar

O distrito de Funhalouro tem um Índice de Incidência da Pobreza ⁹ estimado em cerca de 75% no ano de 2003¹⁰. Com um nível médio mensal das receitas familiares estimado em 1.100 contos (52% em espécie, derivados do autoconsumo e da renda imputada pela posse de habitação própria), a população do distrito apresenta um padrão de consumo influenciado por estes dois factores, e concentrado nos produtos alimentares (65%) e na habitação, água e energia e combustíveis (21%).

FIGURA 12: Estrutura do consumo familiar, por grupo de produtos e serviços



(*) Inclui o autoconsumo da produção agrícola e a imputação da renda por posse de habitação própria
 Fonte: Instituto Nacional de Estatística, IAF - 2002/03.

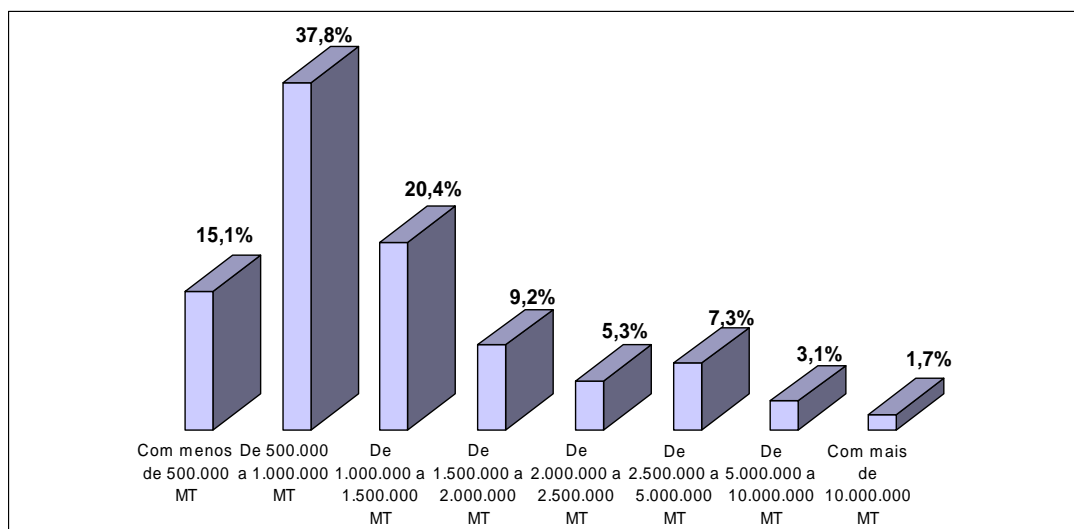
Com variância significativa, a distribuição da receita familiar está concentrada nas classes baixas, com 83% dos agregados na faixa de rendimentos mensais inferiores a 2.000 contos.

⁸ Com 15 anos ou mais, excluindo os que procuram emprego pela primeira vez.

⁹ O Índice de Incidência da Pobreza (*poverty headcount index*) é a proporção da população cujo consumo *per capita* está abaixo da linha da pobreza.

¹⁰ Estimativa da MÉTIER, a partir de dados do Relatório sobre Pobreza e Bem-Estar em Moçambique: 2ª Avaliação Nacional (2002-03), DNPO, Gabinete de Estudos do MPF.

FIGURA 13: Distribuição das famílias, por rendimento mensal



Fonte: Instituto Nacional de Estatística, IAF - 2002/03.

10.3 Segurança alimentar e estratégias de sobrevivência



O distrito de Funhalouro é propenso à ocorrência de calamidades naturais. A produção da colheita principal é insuficiente para cobrir as necessidades de alimentos básicos, que só são satisfeitas com a segunda colheita, com rendimentos não agrícolas ou com outros mecanismos de sobrevivência.

Dados do levantamento dos “Médicos sem Fronteiras” permitem estimar em 2,5 meses a média de reservas alimentares por agregado familiar de cereais e mandioca. Estima-se que 5% da sua população, sobretudo os camponeses de menos posses, idosos e famílias chefiadas por mulheres, está em situação potencialmente vulnerável.

Dada a fraca produção que o distrito vem conhecendo e a conseqüente baixa comercialização de excedentes, o poder de compra da população é reduzido. A população alimenta-se normalmente de farinha de milho, mapira, mexoeira ou mandioca acompanhados de folhas, feijões ou frutos silvestres em períodos de crise alimentar. A mapira é, geralmente, usada no fabrico de bebidas, enquanto que a mexoeira é guardada nos celeiros para substituir o milho nos períodos de fome.

Para além da agricultura (que é de subsistência com rendimentos que cobrem somente 6 meses), os camponeses têm como actividades de subsistência o corte e a venda de estacas de mecrusse seco, criação de animais de pequeno porte, caça e recollecção de animais e frutos silvestres (massala, macuacua, tinzulo, madacomela, matite, maungo) e gafanhotos.

Também fabricam bebidas alcoólicas na base de frutos e fazem a venda de objectos de artesanato diverso aproveitando os recursos florestais existentes no distrito. A principal actividade da mulher é cuidar da casa e da machamba.

Devido ao elevado número de desempregados no distrito, existe a tendência dos homens se deslocarem com frequência para a África do Sul, Maputo e outras vilas ou cidades do país à procura de emprego. Para fazer face à situação, as autoridades distritais e o MADER lançaram um plano de acção para redução do impacto da estiagem incluindo sementes e culturas resistentes e introdução de tecnologias adequadas ao sector familiar.

As principais organizações que apoiam o distrito, sobretudo aquando de calamidades, são o PMA, o Departamento de Prevenção e Combate às Calamidades Naturais, Programa de Emergência de Sementes e Utensílios, a Save the Children Federation USA e a Organização Rural de Ajuda Mútua, cuja actuação inclui a entrega de alimentos do programa “comida pelo trabalho”, a distribuição de sementes e de instrumentos agrícolas.

10.4 Infra-estruturas de base



O distrito possui uma **rede de estradas** constituída por estradas terciárias e vicinais numa extensão de 878 Km, sem pontes, já que o distrito não é atravessado por rios. As estradas terciárias são terraplenadas e dão acesso aos distritos de Massinga, Morrumbene, e à localidade de Tsenane, para além de estradas que ligam ao distrito de Mabote e Chigubo nas províncias de Inhambane e Gaza, respectivamente, em construção. A única estrada reabilitada é a que liga a sede a Mabuane.

TABELA 18: Rede de Estradas

Localização	Dimensão (km)	Classificação	Transitável (S/N)	Reabilitada (S/N)
Funhalouro - Mabuane	62	ER	sim	sim
Funhalouro - Massinga	110	ER	sim	não
Funhalouro - Matlale	n.d.	NC	não	não
Funhalouro - Tome	82	ER	sim	não
Funhalouro - Tesenane	63	ER	sim	não
Tesenane - Chigubo	90	ER	não	não

Classificação: EN- Estrada Nacional; ER- Estrada Regional secundária, não alcatroada; NC- Não Classificada, estrada rural terciária.

Fonte: Administração do Distrito.

Consideram-se, ainda, estradas vicinais as de Mavume/Bululo “B”, Mavume/Mahomo, Mavume/Cupo, Funhalouro/Tchave, Funhalouro/Matlale, Mavume/Mapanzene, Mavume/Sitila, Tome/Tsenane, Tome/Zupo e Gumane/Nhachengue.

A reabilitação de estradas terciárias e vacinais tem tido um impacto importante no desenvolvimento do distrito, permitindo o transporte da ajuda alimentar, o acesso a novas terras para agricultura e a participação comunitária na reconstrução das infra-estruturas destruídas.

O transporte de pessoas e bens é feito em carrinhas, camionetas e camiões, alguns dos quais em condições técnicas precárias. Diligências foram feitas pelo governo do distrito junto das empresas transportadoras (Oliveiras Transporte e Turismo Lda e TSL) sem qualquer resultado satisfatório até então, devido ao estado das vias.

As **comunicações** no distrito são feitas através de rádios transmissores/receptores, nos contactos institucionais e imediatos, enquanto que a maior parte da população tem de se deslocar ao distrito de Massinga para telefonar. O distrito dispõe de sinal da TVM, tendo, para o efeito, sido montada uma antena na Sede do distrito.

Considerada problemática, a situação da **água** no distrito de Funhalouro é uma das preocupações do governo distrital, pois é um problema que não só afecta a agricultura, mas também a vida social.

Não existe no distrito nenhuma rede de água potável. O abastecimento de água é feito a partir de furos e poços a céu aberto, para além de lagoas, perfazendo um total de pouco mais de 100 fontes de água.

O número de bombas existentes está aquém das necessidades das populações, para além de registarem frequentes avarias. Os povoados de Chimilane, Macave, Manganhe, Motarane e Chicoluane, por exemplo, encontram-se entre 11 km a 35 km da fonte de água mais próxima.

A principal instituição activa no sector é a Água Rural que tem organizado estágios de manutenção de bombas de água, cujos beneficiários são os líderes e membros das comunidades, desenvolvido acções de formação de animadores, para além de assegurar o fornecimento de peças sobressalentes para as bombas avariadas. A União Nacional de Camponeses (UNAC) é outra organização que tem estado a desenvolver actividades relacionadas com o abastecimento de água às populações.

Está prevista a abertura de pelo menos mais 40 fontes de abastecimento de água, sendo que um dos factores que dificulta a sua distribuição é a dispersão da população.

Em 2000 e 2001, a sede do distrito era abastecida de **energia** a partir de um pequeno gerador instalado na residência oficial da Administradora. Em 2002, no âmbito do programa do governo provincial sobre a electrificação rural, foi instalada uma nova rede de distribuição de energia eléctrica e um novo grupo gerador com capacidade de 50 KVA.

O fornecimento de energia aos necessitados e/ou aos beneficiários é feito de forma intermitente por falta de fundos próprios para a aquisição de combustíveis e lubrificantes.

Apesar dos esforços realizados, importa reter que o estado geral de conservação e manutenção das infra-estruturas não é suficiente, sendo de realçar a rede de bombas de água a necessitar de manutenção e a rede de estradas e pontes quase na época das chuvas tem problemas de transitibilidade.

10.5 Agricultura e Desenvolvimento Rural

10.5.1 Zonas agro-ecológicas



O distrito de Funhalouro pode ser classificado em duas zonas agro-ecológicas ou de produção, principais:

- **Zona A (R10):** Abrange a região Norte e grande parte da zona Oeste do distrito. Esta zona apresenta uma variedade de

solos arenosos, argilosos, areno-argilosos e lacustres, estes últimos em pequena escala, brancos, vermelhos e acinzentados. A precipitação média mensal é bastante irregular, na ordem dos 200mm.

Predomina nesta zona como em todo o distrito o clima semi-árido, característico da região norte da província de Inhambane. Existem 2 períodos bem distintos: um seco (Abril a Outubro), ocorrendo nessa altura ventos fracos e moderados anticiclónicos do hemisfério Norte e outro chuvoso e mais curto (Novembro a Fevereiro).

O calendário agrícola varia muito pois é influenciado pelo regime das chuvas, mas normalmente entre Novembro a janeiro se faz a sementeira de milho, amendoim, mapira, feijões e mexoeira, começando a colheita entre os meses de Fevereiro,

Março ou Abril. Pratica-se a agricultura itinerante em regime de consociação.

A zona tem potencial para o cultivo de feijão-nhemba, jugo, milho, mapira, como culturas de subsistência, e do algodão e cajueiro como culturas de rendimento. Também se cultivam hortícolas aproveitando as baixas.

Além da agricultura, pratica-se nesta zona do distrito a criação de animais de pequena espécie (galinhas, caprinos e ovelhas), a caça, o corte e venda de estacas de mecrusse, a destilação e o fabrico de bebidas alcoólicas.

As secas cíclicas constituem o desastre natural mais frequente na zona. Em tempos de carência alimentar, as populações recorrem ao consumo de frutas silvestres.

- *Zona B (R25):* Abrange a menor parte do distrito, particularmente a região Este. Predomina, tal como em todo o distrito, o clima semi-árido dividido em dois períodos: Um seco (Abril a Outubro), com ocorrência de ventos fracos e moderados anti-ciclónicos e outro húmido e chuvoso (Novembro a Fevereiro).

Pratica-se a agricultura itinerante em regime de consociação. O calendário agrícola é influenciado pelo regime de chuvas, mas, no geral, a época de sementeira vai de Agosto/Setembro a Dezembro, e o período de colheita de Janeiro a Julho. Esta zona é a menos crítica do distrito em termos de precipitação.

As culturas praticadas, por ordem de importância são: Mapira, milho, amendoim, feijão-nhemba, jugo, mandioca, cajú e girassol. Além da agricultura pratica-se nesta zona a caça, criação de animais de pequeno porte, fabrico e venda de bebidas alcoólicas.

10.5.2 Produção agrícola e sistemas de cultivo

O distrito é pouco povoado devido às fracas condições agro-ecológicas. De um modo geral, a agricultura é praticada manualmente em pequenas explorações familiares em regime de consociação de culturas com base em variedades locais, nomeadamente mapira e milho, embora os camponeses ainda produzam amendoim e feijão nhemba sem grande sucesso, assim como no caso da cultura do milho.

A agricultura constitui a principal actividade económica no distrito, sendo praticada particularmente pelo sector familiar, mas também associativo e, em pequena escala, pelo sector privado, este último na multiplicação de estacas de mandioca.

A agricultura praticada é fundamentalmente de sequeiro, sendo as lavouras feitas manualmente. As secas cíclicas impossibilitam a prática da agricultura em duas campanhas, reduzindo, assim, o volume de produção. O distrito de Funhalouro não possui infra-estruturas de regadio disponíveis para a exploração agrícola.

O milho, amendoim, feijão-nhemba, mexoeira, mapira, mandioca, feijão jugo, algodão e cajú cultivam-se em quase todas as localidades. No entanto, é nas localidades de Manhiça e Cupo onde se pratica com maior intensidade a cultura do algodão. Apesar da sua importância, enfrentam dificuldades para o seu escoamento por se tratarem de zonas de difícil acesso.

Algumas famílias empregam métodos tradicionais de fertilização dos solos como o pousio das terras, a incorporação no solo de restolhos de plantas, estrume ou cinzas. Para além das questões climáticas, os principais constrangimentos à produção são as pragas, a seca, a falta ou insuficiência de sementes e pesticidas.

Em resumo, a irregularidade da precipitação, a grande vulnerabilidade às calamidades naturais condiciona o potencial de produção agrícola de sequeiro, sendo a região considerada marginalmente apta para o desenvolvimento de agricultura irrigada.



As cheias que assolaram o distrito em 2000/01 foram devastadoras, levando à perda da campanha agrícola e afectando grande parte da população do distrito ao longo do rio Changane, na fronteira com distrito de Chigubo da província de Gaza.

Somente em 2003, após o período de seca e estiagem que se seguiu, e a reabilitação de algumas infra-estruturas, se reiniciou timidamente a exploração agrícola do distrito e a recuperação dos níveis de produção de campanhas anteriores.

TABELA 19: Produção agrícola, por principais culturas: 2000-2003

Principais Culturas	Campanha 2000/2001		Campanha 2001/2002		Campanha 2002/2003	
	Área (ha) Semeada	Produção (Toneladas)	Área (ha) Semeada	Produção (Toneladas)	Área (ha) Semeada	Produção (Toneladas)
Milho	3.171	349	3.098	325	3.854	86
Mapira	1.359	956	1.425	860	1.223	616
Amendoim	906	165	890	65	815	179
Mandioca	545	2.126	545	1.145	491	982
Feijões	1.631	163	1.631	160	1.463	73
TOTAL	7.612	3.758	7.589	2.554	7.846	1.936

Fonte: Administração do Distrito e Direcção Provincial de Agricultura

10.5.3 Pecuária



O fomento pecuário tem sido fraco. Porém, dada a tradição na criação de gado e algumas infra-estruturas existentes, verificou-se um crescimento do efectivo bovino de 4 mil cabeças em 2000, para cerca de 6 mil em 2004. Foram reabilitados 3 tanques carracidas de Mavume-Sede, Chiluvane e Matlale, contando agora o distrito com 5 tanques operacionais..

Os animais domésticos mais importantes para o consumo familiar são as galinhas, os patos e os cabritos, enquanto que, para a comercialização, são os bois, os cabritos, os porcos e as ovelhas. Dada a existência de boas áreas de pastagem, existem condições para o desenvolvimento da pecuária no distrito, sendo as doenças e a falta de fundos e de serviços de extensão, os principais obstáculos ao seu desenvolvimento.

10.5.4 Pescas, Florestas e Fauna bravia

Todo o distrito é rico em flora, caracterizando-se em semi-aberta no Norte do distrito, aberta no Sul, Oeste e Este, composta fundamentalmente de árvores e arbustos. O distrito tem potencial para espécies como chanfuta, umbila, mecrusse, missassa branca, podendo-se encontrar, ainda, algumas formações de sândalo e bonjua. A nível do distrito não existe nenhuma zona de protecção nem reserva florestal.

Por todo o distrito verifica-se a existência de árvores de frutas silvestres que têm socorrido as populações nos períodos de carência alimentar, tais como: Massaleira, palmeira brava, natite, mugo e outras.

As principais formas de exploração florestal são: o corte de madeira, toros e sua transformação, estacas para construção e venda ao público, lenha e carvão. Existem no distrito alguns madeireiros privados.

Em relação à fauna bravia, as espécies mais importantes do distrito são: Cudo (Trugelaphus), avestruz (Struthia Agtral), elefante (Loradanta Africana), chengane (Nestugus), cabrito cinzento (Syvicapra grimia), galinha do mato (Numida Neleagridis), macaco de face preta (cerupthecus Aethrops), entre outras.

Os principais problemas nesta área são as queimadas descontroladas um pouco por todo o distrito; o abate indiscriminado de algumas essências florestais de grande valor económico, sobretudo umbila e sândalo; e a caça furtiva, com recursos a armas

convencionais e de fabrico caseiro e armadilhas diversas. Apesar deste problemas, o distrito ainda não enfrenta problemas de desflorestamento, sendo que todas as comunidades têm acesso fácil à lenha.

Está em processo a criação de comités de gestão comunitária dos recursos florestais e faunísticos, com o objectivo de regular o abate de espécies faunísticas e exploração florestal descontrolados.

10.6 Exploração Mineira

O distrito de Funhalouro inclui algumas zonas da área de direitos de exploração do gás, ainda que não esteja abrangido pela actual zona de processamento e produção.

Todavia, este empreendimento constitui, para toda a região, uma plataforma de desenvolvimento importantíssima que, se devidamente integrada, poderá conduzir ao rápido desenvolvimento económico e social de toda a província de Inhambane.

10.7 Indústria, Comércio e Serviços

A rede comercial é composta por 7 lojas (4 inoperacionais), sendo duas em Mavume e 2 em Tome, devido à descapitalização dos seus proprietários, existindo, ainda, 34 estabelecimentos informais (bancas fixas) e 3 mercados rurais.

Existem no distrito duas serrações de madeira, 3 carpintarias pertencentes a privados, uma pequena oficina e uma unidade moageira todas elas operacionais. O distrito não possui nenhuma instalação industrial.

Apesar de o distrito ser rico em madeira e fauna bravia, este potencial continua por explorar, muito embora decorram contactos com algumas organizações no sentido de fazer despertar o interesse das mesmas para esta questão.

Neste distrito, existe pedra em todas as localidades para a construção civil e cal que até ao momento não estão a ser exploradas, sobretudo nos povoados de Muchavacude e Zivine, e nas localidades de Mucuíne e Tome.

Não está representada em Funhalouro nenhuma instituição bancária, o que obriga a que as pessoas tenham que percorrer 110km até ao balcão do BIM mais próximo, localizado no distrito de Massinga com todos os riscos daí inerentes. O distrito não possui nenhum sistema formal de crédito implantado.

Anexo: Autoridade Comunitária no Distrito de Funhalouro

(Fonte de dados: Direcção Nacional da Administração Local)

Nº	Nome completo	Designação Local de Aut. Comunitária	Sexo	Área de Jurisdição			Data de Reconhecimento
				Posto Administrativo	Localidade	Aldeia/Povção	
1	Rafael Jossias Mapanzene	Chefe tradicional	M				
2	Mateus Filipe Majongue	Chefe tradicional	M				
3	Joaquim Valente Mazive	Secretário do círculo	M				
4	André Armando Mutuque	Secretário do círculo	M				
5	Francisco Sando Mutuque	Secretário do círculo	M				
6	Adriano Chitique Mazive	Secretário do círculo	M				
7	Bandane M. MauNze	Secretário do círculo	M				
8	Samuel Maloca Mabunda	Secretário do círculo	M				
9	Jossefa P. Mbanguine	Secretário do círculo	F				
10	Albano Jossefa Chiure	Secretário do círculo	M				
11	Alexandre Julião Manhice	Secretário do círculo	M				
12	Bernardo Alfeu Mazive	Secretário do círculo	M				

Documentação consultada

Administração do Distrito de Funhalouro, *Balanço de Actividades Quinquenal para a 4ª Reunião Nacional, 2004.*

Administração do Distrito de Funhalouro, *Perfil Distrital em resposta à metodologia da MÉTIER, 2004.*

Direcção de Agricultura da Província de Inhambane, *Balanço Quinquenal do Sector Agrário da Província de Inhambane, Maio 2004.*

Direcção de Agricultura da Província de Inhambane, *Plano de Desenvolvimento do Sector Agrário da Província de Inhambane, 2002.*

Direcção Provincial da Educação de Inhambane, *Relatório de Actividades, 2004.*

Direcção Provincial de Saúde de Inhambane, *Relatório de Actividades, 2004.*

District Development Mapping Project, *Perfil de Funhalouro, 1995.*

Instituto Nacional de Estatística, *Anuário Estatístico da Província de Inhambane, 2001.*

Instituto Nacional de Estatística, *Anuários Estatísticos, 2000 a 2003.*

Instituto Nacional de Estatística, *Dados do Censo agro-pecuário, 1999-2000.*

Instituto Nacional de Estatística, *Dados do Inquérito às Receitas e Despesas dos Agregados Familiares, 2003 e 1997.*

Instituto Nacional de Estatística, *Dados do Recenseamento da População de 1997.*

Instituto Nacional de Estatística, *Estatísticas Sociais e Demográficas, CD, 2004.*

J. du Toit, *Provincial Characteristics of South Africa, 2002.*

Lourenço Rodrigues, MSc, *Experiência de Planificação Distrital de Alto Molocué, 1986.*

MÉTIER,Lda, *Folhas Informativas dos 33 Municípios, 2000 e 1997.*

MÉTIER,Lda, *Moçambique: Crescimento e Reformas, 2003..*

MÉTIER,Lda, *Perfil de Descentralização de Moçambique, 2004.*

Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural – Hidráulica Agrícola, *Levantamento dos Regadios na Zona Sul - Fase 3, Volume I, Relatório Final, Junho 2002.*

Ministério da Educação, *Estatísticas Escolares, 2000 a 2003.*

Ministério da Saúde, Direcção de Planificação e Cooperação, *Perfil Estatístico Sanitário da Província de Inhambane, 2004.*

Ministério do Plano e Finanças e Ministério da Administração Estatal, *Orientações para a elaboração dos Planos Distrais de Desenvolvimento, 1998.*

Ministério do Plano e Finanças, *Balanço do Plano Económico e Social de 2003, 2004.*

Ministério do Plano e Finanças, Gabinete de Estudos, DNPO, *Relatório sobre Pobreza e Bem-estar em Moçambique: 2ª Avaliação Nacional (2002-03).*

Ministério do Plano e Finanças, *Plano de Acção Para a Redução da Pobreza Absoluta (2001-2005), Conselho de Ministros, 2001.*

UN System, *Mozambique Common Country Assessment, 2000.*

UN System, *Mozambique – Millennium Development Goals, 2002.*

UNDAF, *Mozambique - Development assistance Framework, 2002-2006.*

UNDP, *Governance and local development, 2004.*

UNDP, *Poverty and Gender, 2004.*

UNDP, *Relatórios Nacionais do Desenvolvimento Humano, 1998 a 2001.*

UNDP, *Rural Regions: Overcoming development Disparities, 2003.*

UNDP, *Sustained local development, Senegal, 2004.*

Unidade de Coordenação do Desenvolvimento Integrado de Nampula, *Brochura Distrital e Municipal, 2003.*

Ville de Gatineau, Canadá, *Profil Economique, 2004.*

World Bank, *Poverty Monitoring Toolkit, 2004.*

World Bank, *Social Analysis Sourcebook, 2003.*

Série: Perfis Distritais
Edição: 2005

Editor: Ministério da Administração Estatal
Coordenação: Direcção Nacional da Administração Local
Copyright © Ministério da Administração Estatal
Um resumo desta publicação está disponível na Internet em <http://www.govnet.gov.mz/>

Assistência técnica: MÉTIER – Consultoria & Desenvolvimento, Lda
Um resumo desta publicação está disponível na Internet em <http://www.metier.co.mz>
Copyright © MÉTIER, Lda



MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO ESTATAL

Série “Perfis Distritais de Moçambique”

Edição 2005